CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE FORMAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

2014

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

Março/2015

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DO CEFOR
RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL – 2014
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

Sumário

1. INTRODUÇÃO 5
DADOS DA INSTITUIÇÃO 5
PERFIL INSTITUCIONAL 6
AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL – CONCEPÇÃO E METODOLOGIA 8
2. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DO PROGRAMA 10
DESTAQUES 11
O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM NÚMEROS 12
ENSINO 14
PESQUISA 24
EXTENSÃO 27
INDICADORES 34
3. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DE CURSOS DO PROGRAMA 40
MESTRADO 42
ESPECIALIZAÇÃO 47
INFRAESTRUTURA 52
4. PLANEJAMENTO DE AÇÕES 62
PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL 62
GESTÃO INSTITUCIONAL 62
CORPO SOCIAL 63
DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL 63
INFRAESTRUTURA 63
CONCLUSÕES 64

1. INTRODUÇÃO

Este Relatório de Autoavaliação Institucional, referente ao exercício de 2014, foi elaborado sob a supervisão da Comissão Própria de Avaliação (CPA), instituída pela Portaria do Diretor-Geral da Câmara dos Deputados, nº 01, de 15/1/2015, em cumprimento ao disposto no Art. 11 da Lei nº 10.861/2004, de 14/4/2004, e no Art. 7º da Portaria nº 2.051/2004, de 9/7/2004.

O objetivo deste Relatório é sistematizar os resultados do processo de autoavaliação institucional implementado pelo Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), escola de governo vinculada à Câmara dos Deputados, que visa alcançar melhorias na qualidade acadêmica e alavancar a relevância social deste tipo de ação educacional.

DADOS DA INSTITUIÇÃO

Nome da IES: Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), escola de governo vinculada à Câmara dos Deputados.

Código da IES: 201207891

Caracterização de IES: Instituição pública federal – escola de governo

Estado: DF Município: Brasília

Ato do credenciamento: Portaria MEC nº 51, de 11/1/2005 (em processo de recredenciamento, nos termos da Resolução CNE/CES nº 7/2001 e Parecer CNE/CES nº 295/2013).

Composição da CPA:

Titular	Suplente	Segmento que representa
Gustavo Silva de Salles (Presidente)	Raquel Braga Rodrigues	Corpo diretivo
Fernando Sabóia Vieira (Vice-Presidente)	Romiro Ribeiro	Corpo docente
Juliana França Marinho	Marcos Vinícius Ferrari	Corpo discente
Luiz Mário Ribeiro Silva	José Aparecido Carrilho	Egressos
Ricardo Senna Guimarães	Natércia Micheletti Viana	Corpo técnico-administrativo
Pedro Koshino (TCU)	Sebastião Silva Magalhães Júnior	Sociedade civil

Período de mandato da CPA: 15/1/2015 a 14/1/2017.

Atos de designação da CPA: Portaria-DG nº 1/2015 e Portaria-DG nº 2/2015.

PERFIL INSTITUCIONAL

MISSÃO

O Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor) tem como missão promover a formação superior de profissionais para o Poder Legislativo, bem como a produção e a disseminação sistemática de conhecimentos, práticas e valores do Parlamento, contribuindo para o aprimoramento institucional da Câmara dos Deputados e o fortalecimento da democracia no Brasil.

OBJETIVO

Contribuir para o aprimoramento da atuação institucional do Parlamento por meio da formação de profissionais em cursos de pós-graduação e da organização, da produção e da circulação de conhecimento específico da Câmara dos Deputados, e do Poder Legislativo, em geral.

ÁREA DE ATUAÇÃO ACADÊMICA

Para cumprir sua missão, o Programa oferece cursos de especialização e mestrado interligando diversas áreas de saber relacionadas às atividades do Legislativo. São áreas mais notoriamente abrangidas pelos cursos, a Ciência Política, o Direito, a Administração Pública e a Comunicação Social.

HISTÓRICO

O Cefor foi instituído pelo Ato da Mesa Diretora nº 69, de 1997,"...com a finalidade de planejar, promover, executar e avaliar programas e atividades de recrutamento, seleção, atualização, aperfeiçoamento, especialização e desenvolvimento de recursos humanos". O Centro foi criado com amplas competências que o permitem atuar tanto na oferta de cursos de formação previstos no plano de carreira, até a extensão de suas ações e objetivos à comunidade, incluindo a possibilidade de realização de convênios de intercâmbio e cooperação mútua com entidades e instituições públicas e particulares, a prestação de serviços relacionados às suas atividades e fins institucionais e o desenvolvimento e execução de programas, projetos e atividades de capacitação.

A partir de 1998, em convênio com a UnB, o Cefor passou a oferecer cursos de pós-graduação lato sensu, tendo havido quatro turmas sucessivas do curso de Especialização em Desenvolvimento Gerencial e duas turmas do curso de Especialização em Gestão Legislativa. Com esses cursos, o Cefor aprimorou a formação dos servidores em meio acadêmico. Mais de 200 servidores especializaram-se, cujas monografias trouxeram importantes reflexões sobre a instituição Câmara dos Deputados.

Com o amadurecimento de suas iniciativas, em 2003, o Cefor estabeleceu estudos para um Programa de Pós-Graduação próprio, com o objetivo de configurar uma face mais acadêmica para o conhecimento produzido na Casa. Em 2004, o processo foi concluído e enviado ao MEC para credenciamento, que ocorreu no ano seguinte, por meio da Portaria MEC nº 51/2005. A partir do seu credenciamento especial, o programa passou a oferecer três cursos: Especialização em Processo Legislativo, Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo e Especialização em Orçamento Público, este último em parceria com Instituto Serzedelo Corrêa, do Tribunal de Contas da União

(TCU). Na sequência, o Programa de Pós-Graduação instituiu os Grupos de Pesquisa e Extensão (GPEs), que possuem, como diretrizes: diagnosticar dificuldades e apresentar soluções para questões relativas à organização e ao funcionamento do Poder Legislativo; promover a análise, a sistematização e o aprimoramento das suas práticas; e, ainda, ampliar o conhecimento produzido na Casa sobre o Legislativo e torná-lo acessível aos cidadãos.

De 2005 a 2014, o Programa de Pós-Graduação do Cefor ampliou o número de cursos e, atualmente, oferece nove cursos de pós-graduação lato sensu. Cada curso atende a uma turma de 30 alunos formada por servidores tanto do quadro efetivo da Câmara dos Deputados, quanto por assessores parlamentares de livre nomeação e demais interessados, selecionados em processo público. O corpo docente desses cursos é formado por servidores titulados, com experiência de magistério, e por professores convidados de instituições de ensino superior. A abrangência dos temas relacionados aos vários cursos desenvolvidos pelo Programa de Pós-Graduação do Cefor revela a diversidade de assuntos a serem tratados quando se considera a perspectiva dos conhecimentos próprios da atividade legislativa, sobretudo na perspectiva do ensino.

Em 2007, o Cefor ganhou novas instalações físicas, um espaço moderno, adequado para receber alunos, professores, servidores, cidadãos, enfim, um lugar preparado para as recentes demandas advindas do processo de modernização provocado pelo planejamento estratégico das áreas da Câmara dos Deputados.

Em outubro de 2011, a Capes aprovou a criação do Curso de Mestrado Profissional em Poder Legislativo, área de concentração Ciência Política e Relações Internacionais, oferecido pelo Cefor. As aulas tiveram início em março de 2013, tendo sido formadas 3 turmas desde então, com ingresso de 43 alunos regulares, além de grande quantidade de alunos especiais.

Em seu funcionamento pedagógico, o Programa atua em três vertentes integradas e complementares: ensino, pesquisa e extensão. A primeira delas é a formação de profissionais altamente qualificados para aprofundar e complementar conhecimentos e competências necessárias ao domínio de funções definidas na sua atuação profissional, por meio de cursos de especialização e do Mestrado Profissional em Poder Legislativo. A segunda consiste em estimular a reflexão, a criação e a sistematização de conhecimento técnico especializado de docentes e discentes no campo do Poder Legislativo, a partir dos Grupos de Pesquisa e Extensão. A terceira tem ações voltadas à difusão do conhecimento legislativo, por meio de publicações físicas e digitais, além da divulgação das atividades e oportunidades de educação legislativa e também abrange ações do Cefor junto ao público externo.

Na vertente da pesquisa, o Programa estabeleceu regras e estratégias no sentido de estimular a participação de alunos, egressos, docentes, servidores em geral e pesquisadores de outras instituições em pesquisa relacionadas aos assuntos próprios do Poder Legislativo, definidos nos seguintes eixos temáticos: a) Gestão Pública Legislativa; b) Processos Políticos do Poder Legislativo e c) Política Institucional do Poder Legislativo.

Com o objetivo de disseminar a produção acadêmica dos alunos e professores dos cursos de especialização e também os resultados de pesquisas, o Programa instituiu a revista eletrônica E-Legis (ISSN: 2175-0688) que tem o papel

de difundir conhecimentos relacionados ao Poder Legislativo. O Programa organiza, também, a edição de livros acadêmicos, reunindo a produção de seus docentes e discentes, bem como a de pesquisadores de outras instituições de renome. A série "Relatos de Pesquisa", por exemplo, publicada pela Edições Câmara, é destinada a difundir o conhecimento produzido pelos Grupos de Pesquisa e Extensão, com publicação anual.

Vale mencionar, finalmente, que o Cefor, por meio da Coordenação de Educação para a Democracia, concebeu programas voltados para a sociedade, como o Estágio-Visita, que recebe universitários do país inteiro; o Parlamento Jovem, organizado para alunos do ensino médio de vários estados do Brasil; e treinamento para professores da rede de ensino do país que utilizam a plataforma do Plenarinho (público infantil).

AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL – CONCEPÇÃO E METODOLOGIA

A avaliação e seu processo são valorizados pelo Programa de Pós-Graduação do Cefor, com base nos princípios de participação dos atores e sob a perspectiva de orientação formativa, visando ao desenvolvimento qualitativo da instituição, dos seus educandos e educadores.

Vista e praticada como processo sistemático de obter, organizar, analisar, interpretar informações e formular juízos de valor, a avaliação direciona-se à efetividade dos resultados, oferecendo subsídios para mudanças com vistas ao desenvolvimento institucional, individual e coletivo. Assim, o Programa passa a ter elementos para o seu autoconhecimento e, dessa forma, adquire condições para direcionar e aperfeiçoar suas ações.

O foco da autoavaliação institucional se concentra nas dimensões definidas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) específicas para o segmento de escolas de governo e nos critérios estabelecidos pela área de Ciências Políticas e Relações Internacionais da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a fim de manter-se dentro dos padrões de qualidade esperados pela sociedade.

O processo de autoavaliação institucional configura-se em duas etapas sistemáticas, que se realizam continuamente e se complementam: a avaliação estratégica do Programa e a avaliação de cursos.

AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DO PROGRAMA

O crescimento consistente do Programa desde a sua implantação, em 2005, fortalece a necessidade de se autoavaliar quanto ao cumprimento da sua missão, das políticas estabelecidas para o ensino, a pesquisa e a extensão, além dos demais indicadores de qualidade e desenvolvimento institucional. Assim, visando também atender às exigências dos órgãos reguladores (principalmente MEC e Capes), o Programa de Pós-Graduação vem intensificando esforços para analisar-se internamente de forma sistemática e objetiva, tendo por base o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

O ano de 2014 foi marcado pela continuidade dos encaminhamentos do Ministério da Educação (MEC) para viabilização da avaliação institucional das escolas de governo que oferecem cursos de pós-graduação. O Cefor participou ativamente desse processo, principalmente por meio das reuniões do Sistema de Escolas de Governo da União e reuniões com a equipe técnica do próprio MEC.

O MEC homologou o Instrumento de Avaliação Institucional a ser aplicado especificamente às escolas de governo (Parecer CNE/CES n. 295/2013) e realizou o cadastramento e o treinamento dos avaliadores institucionais. A previsão é que as visitas das comissões de especialistas para fins da avaliação externa sejam realizadas no primeiro semestre de 2015. Uma das resoluções previstas no parecer é a exigência às escolas de governo que oferecem cursos de pós-graduação de contar com Comissões Próprias de Avaliação (CPAs) e seguir os ditames da legislação do Sinaes.

Seguindo esse movimento, o Cefor instituiu sua CPA com o objetivo de conduzir os processos de avaliação interna e coordenar a sistematização e prestação das informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), no âmbito do Sinaes.

Com o estabelecimento da CPA, o Programa passa a ter uma instância representativa responsável pela condução dos processos de autoavaliação e pela sistematização e prestação das informações aos órgãos reguladores. Pretende-se, assim, além do atendimento da legislação visando ao recredenciamento para oferta de cursos *lato sensu*, aprimorar a qualidade dos cursos e atividades realizados pelo Cefor por meio de avaliação conduzida por um colegiado com atuação autônoma.

A CPA tem composição abrangente, contemplando os diversos segmentos da comunidade acadêmica, com representantes do Cefor, do corpo docente, do corpo discente, dos egressos, do corpo técnico-administrativo e da sociedade civil organizada. Em 18 de junho de 2014 foi realizada reunião preliminar com os componentes indicados para compor a CPA, na qual foi abordado o marco legal da avaliação institucional. O foco inicial dos trabalhos foi a aprovação do Regulamento da CPA e a elaboração deste relatório, que foi apreciado e aprovado em reuniões realizadas em 12 e 24 de março de 2015.

AVALIAÇÃO DE CURSOS DO PROGRAMA

A avaliação de cursos do Programa de Pós-Graduação do Cefor é promovida por métodos e instrumentos que combinam abordagens quantitativa e qualitativa. Alcança todo o percurso do aluno, desde o seu ingresso, com a elaboração do perfil de cada turma para orientar a prática docente e da coordenação, até a avaliação de egressos, realizada após dois anos de conclusão do curso. Alunos, professores, orientadores e chefes imediatos são chamados a participar, em momentos específicos, com suas visões distintas e contextualizadas para aperfeiçoamento dos cursos e do Programa como um todo.

O fluxo de Avaliação de Cursos do Programa tem seis etapas, como ilustrado na Figura 1.

Figura 1: Fluxo de avaliação de cursos do Programa de Pós-Graduação

Cada etapa possui seus instrumentos próprios e formas de aplicação específicas, que são detalhadas no capítulo 3 – Resultados da avaliação de cursos do Programa, onde são especificadas as metodologias das avaliações efetuadas em 2014.

2. Resultados da avaliação estratégica do Programa

A Coordenação de Pós-Graduação (Copos), responsável pelo Programa de Pós Graduação do Cefor, da Câmara dos Deputados, conforme planejamento definido para o ano de 2014, desenvolveu suas ações de forma a dar continuidade às atividades de ensino, pesquisa e extensão, em consonância com as Diretrizes Estratégicas estabelecidas para a Casa, particularmente as de nºs 1 e 6, e com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) estabelecido para o período 2011-2016. As determinações dos órgãos reguladores balizam a atuação do Programa. Dessa forma, são seguidas as recomendações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) para avaliação do Mestrado e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), específicas para as escolas de governo, em relação aos cursos de especialização.

A Diretriz Estratégica nº 1 firma o aspecto da “Sintonia”, definindo como linhas de atuação “1.2 Promover o debate dos grandes temas nacionais” e “1.3 Elaborar, de forma sistemática, estudos e análises dos grandes temas nacionais e das políticas públicas”. A Diretriz Estratégica nº 6 relaciona-se à dimensão da “Cidadania”, estabelecendo como linhas de atuação “6.1 Favorecer o entendimento da sociedade sobre o papel do Legislativo, o funcionamento da instituição e as atividades dos deputados; 6.2 Desenvolver e aperfeiçoar programas institucionais de educação política para os públicos interno e externo; 6.3 Cooperar com o sistema educacional brasileiro para o desenvolvimento do tema cidadania ativa; e 6.4 Aperfeiçoar práticas de cidadania no âmbito interno”.

Nesse contexto, o Programa de Pós-Graduação do Cefor, pelas suas características próprias, configura-se como espaço privilegiado de atuação da Câmara dos Deputados com foco nas premissas propostas, atuando fortemente em educação continuada e na produção e disseminação do conhecimento legislativo. Essa perspectiva se reforça ainda mais com a consolidação do Mestrado Profissional em Poder Legislativo e com a ampliação das ações do Programa em nível nacional e internacional.

DESTAQUES

No ano de 2014, as seguintes realizações merecem destaque:

- Consolidação do Mestrado Profissional em Poder Legislativo e titulação dos dois primeiros Mestres. São os primeiros mestres formados por um Parlamento em toda a história, considerando-se cursos com o devido reconhecimento governamental específico.
- Fortalecimento da modalidade de ingresso como aluno especial no Mestrado, contribuindo para dinamizar o curso e possibilitar que interessados em se tornar alunos regulares conheçam as propostas de pesquisa. Em 2014, houve um grande aumento na quantidade de pedidos de ingresso como aluno especial no Mestrado.
- Lançamento de um novo curso de especialização, o MBA em Governança Legislativa, voltado a gestores da Casa e potenciais sucessores, dentro do Programa de Educação Continuada em Gestão (PEC-Gestão), desenvolvido pelo Cefor com formato inovador e em sintonia com as necessidades gerenciais específicas da Casa.
- Menção honrosa no VI Prêmio SOF de Monografias para servidor da Câmara dos Deputados e sua monografia apresentada no Curso de Especialização em Orçamento Público.
- Aumento do número de Grupos de Pesquisa e Extensão com caráter institucional, o que demonstra o reconhecimento da importância da pesquisa científica para o aprimoramento das atividades desenvolvidas por diferentes setores da Câmara dos Deputados.
- Realização da V Jornada de Pesquisa e Extensão do Programa, com o tema "Relação entre Parlamento e Mídia no Brasil", com a presença de participantes de 11 estados brasileiros.
- Publicação da 15ª edição da Revista Eletrônica E-Legis e criação da seção "Artigo Convidado", destinada à publicação de artigos de renomados pesquisadores nacionais e internacionais.
- Fortalecimento das atividades de internacionalização do Programa, com a presença contínua de professores visitantes e palestrantes de renomadas instituições internacionais.
- Continuidade das ações voltadas ao recredenciamento para oferta de cursos *lato sensu.* O Ministério da Educação homologou o Instrumento de Avaliação Institucional proposto pelo Inep e realizou o cadastramento e o treinamento dos avaliadores institucionais. A previsão é que as visitas sejam realizadas no primeiro semestre de 2015.

O Programa de Pós-Graduação em números

Quantidade de cursos (2005-2014)	26
- Lato Sensu	21
- Stricto Sensu	5
Alunos regulares (2005-2014)	692
Egressos (2005-2014)	540
Índice de evasão – Especialização (2005-2014)	8%
Índice de evasão – Especialização – cursos próprios (2005-2014)	7,6%
Alunos regulares atendidos (2014)	157
Alunos especiais atendidos – Mestrado (2014)	53
Índice de evasão de alunos especiais – Mestrado (2013-2014)	40%
Índice candidato/vaga – Especialização – cursos próprios (2005-2014)	1,92
Índice candidato/vaga – Mestrado (2013-2014)	2,32
Idade média das turmas (2005-2014)	39 anos
Sexo (2005-2014)	F: 45% M: 55%
Tempo médio de trabalho na instituição (2005-2014)	8,2 anos
Alunos servidores da Câmara dos Deputados (2005-2014)	80%
- Servidores efetivos	77%
- Secretários Parlamentares	14%
- CNEs	9%
Alunos da área legislativa da Câmara dos Deputados (2005-2014)	64%
Alunos da área administrativa da Câmara dos Deputados (2005-2014)	36%
Alunos com mais de uma graduação (2005-2014)	13%
Alunos com especialização (2005-2014)	30%
Alunos com mestrado (2005-2014)	6%
Alunos com doutorado (2005-2014)	1%
Alunos que se autodeclaram da raça/cor branca (2014)	52%
Alunos que se autodeclaram da raça/cor parda (2014)	27%
Alunos que se autodeclaram da raça/cor preta (2014)	5%
Alunos que não se autodeclararam/ não preencheram (2014)	16%
Quantidade de professores – cursos próprios (2005-2014)	85
Professores servidores da CD – Especialização (2005-2014)	80%
- Servidores efetivos	95%
Quantidade de professores – Mestrado (2013-2014)	20

Professores com titulação mestre/doutor – Especialização – cursos próprios (2005-2014)	79%
Índice de Qualificação do Corpo Docente – Especialização (2005-2014)	3,5
Índice de Qualificação do Corpo Docente – Mestrado (2013-2014)	5,0
Índice de Qualificação do Corpo Docente – Programa (2005-2014)	3,8
Grupos de Pesquisa e Extensão - GPEs (2014)	24
Pesquisadores membros dos GPEs (2014)	112
Pesquisadores mestres, doutores ou pós-doutores nos GPEs (2014)	62%
Livros publicados pelo Programa (2005-2014)	9
Edições da Revista E-Legis (2008-2014)	15
Artigos publicados na Revista E-Legis (2008-2014)	98
Quantidade de downloads de artigos da Revista E-Legis (2008-2014)	75.300
Artigos em periódicos científicos de professores do Mestrado (2014)	23
Livros (ou capítulos) de professores do Mestrado (2014)	6
Trabalhos em anais de congressos de professores do Mestrado (2014)	16
Artigos em periódicos científicos de alunos do Mestrado (2014)	6
Trabalhos em anais de congressos de alunos do Mestrado (2014)	1
Eventos realizados pelo Programa (2014)	10
Público estimado nos eventos (2014)	683

ENSINO

Em seu funcionamento pedagógico, o Programa atua em três vertentes integradas e complementares: ensino, pesquisa e extensão.

A vertente do ensino corresponde à formação de profissionais altamente qualificados para aprofundar e complementar conhecimentos e competências necessárias ao domínio de funções definidas na sua atuação profissional, por meio de cursos de pós-graduação interligando diversas áreas de saber relacionadas às atividades do Legislativo. São áreas mais notoriamente abrangidas pelos cursos a Ciência Política, o Direito, a Administração Pública e a Comunicação Social.

Desde o início de suas atividades, em 2005, o Programa vem se estruturando no sentido de oferecer diversas oportunidades de educação legislativa em nível de pós-graduação. São realizados cursos de especialização, mestrado e doutorado, que podem ser próprios, em parceria ou contratados, conforme demonstrado na Figura 2.

Figura 2: Oferta de Cursos do Programa

Até o final de 2014 o Programa realizou 26 cursos, com entrada de 692 alunos regulares. Concluíram seus cursos com aprovação 540 alunos, incluindo os dois primeiros mestres formados. São os primeiros mestres formados por um Parlamento em toda a história, considerando-se cursos com o reconhecimento governamental específico. A Tabela 1 relaciona os cursos realizados e a quantidade de alunos atendidos.

Tabela 1: Cursos realizados pelo Programa
2005 - 2014

Curso	Regime	Quantidade de turmas	Quantidade de alunos
Mestrado Profissional em Poder Legislativo	Próprio	3	43
Especialização em Processo Legislativo (PL)	Próprio	5	148
Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo (IP)	Próprio	4	111
Especialização em Política e Representação Parlamentar (PRP)	Próprio	2	59
Especialização em Legislativo e Políticas Públicas (LPP)	Próprio	1	30
Especialização em Gestão Pública Legislativa (GPL)	Próprio	1	21
Especialização em Parlamento e Direito (P&D)	Próprio	1	19
MBA em Governança Legislativa	Próprio	1	28
Especialização em Orçamento Público (OP)	Parceria	3	100
Especialização em Auditoria Interna e Controle Governamental (AICG)	Parceria	1	33
Especialização em Psicodinâmica do Trabalho	Contratado	1	25
Especialização em Contabilidade Pública	Contratado	1	30
Mestrado e Doutorado Interinstitucionais em Ciência Política - Iuperj	Contratado	1	30
Doutorado Interinstitucional em Ciência Política – Iesp	Contratado	1	15
Total		26	692

No ano de 2014 foi iniciada a terceira turma do Mestrado Profissional em Poder Legislativo, com ingresso de 16 alunos regulares no segundo semestre.

Dois cursos em nível *lato sensu* tiveram início em 2014. O Curso de Especialização em Parlamento e Direito (P&D) teve ingresso de 19 alunos no primeiro semestre e o MBA em Governança Legislativa foi iniciado no segundo semestre com 28 alunos. O Curso de Especialização em Contabilidade Pública,

contratado junto à UnB, encerrou-se no segundo semestre. Foram aprovados 26 alunos.

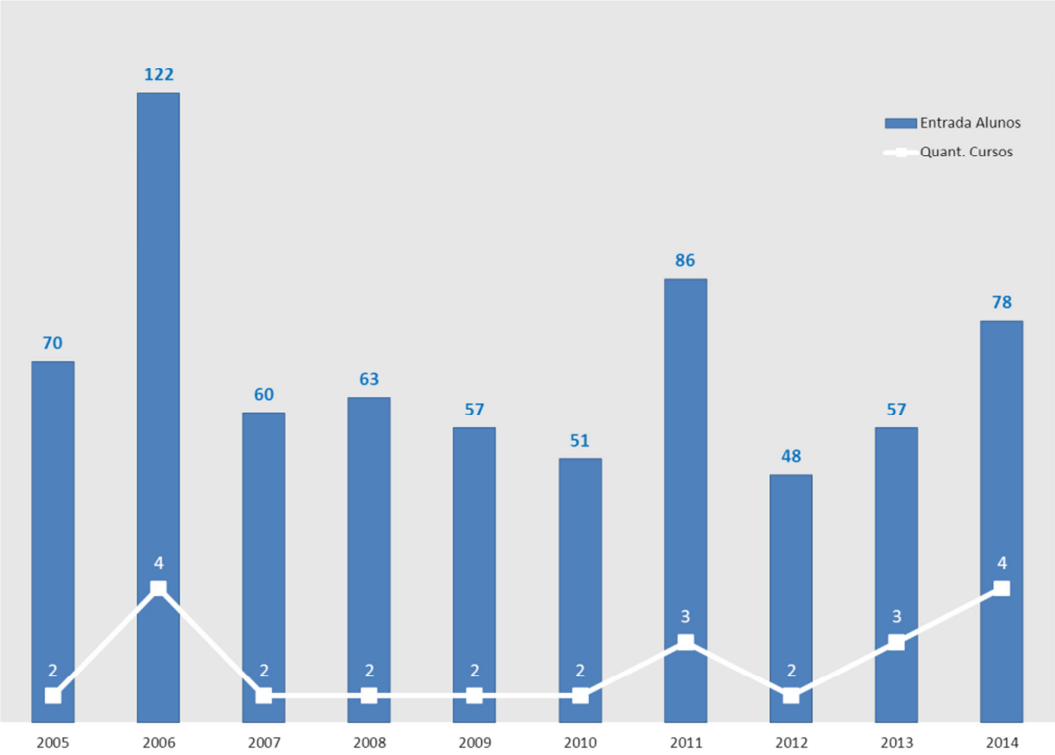
A Tabela 2 discrimina a quantidade de cursos encerrados e em andamento até dezembro de 2014.

Tabela 2: Cursos encerrados e em andamento
2005 - 2014

		Encerrados até dez/2014	Em andamento em dez/2014	Total
Cursos próprios	Especialização	13	2	15
	Turmas Mestrado	-	3	3
Cursos em parceria		4	-	4
Cursos contratados		3	1	4
Total		20	6	26

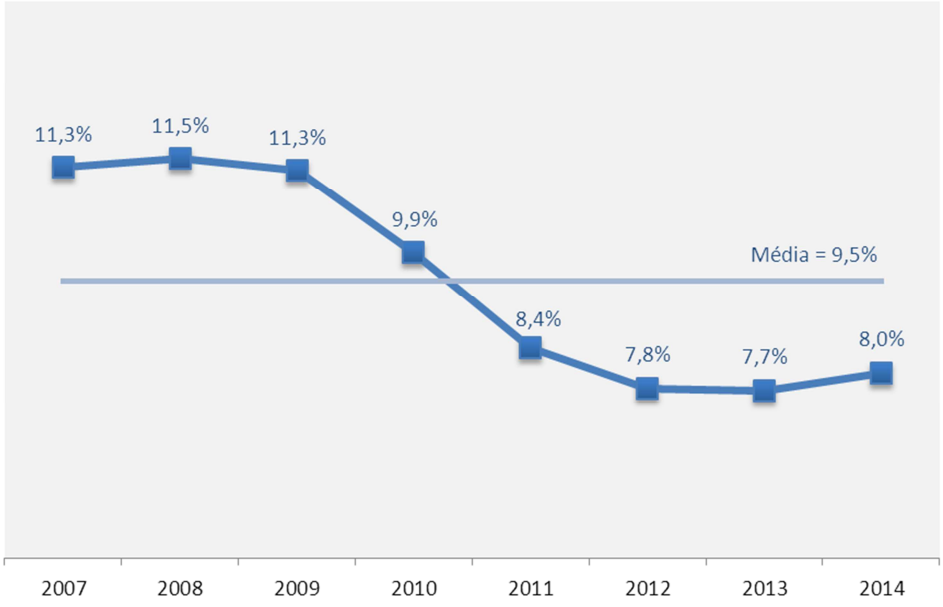
A evolução ao longo do tempo, tanto da quantidade de cursos realizados, quanto do número de alunos ingressantes, demonstra que o Programa vem alcançando sua consolidação no âmbito da Câmara dos Deputados e que possui atratividade para profissionais que atuam no Poder Legislativo e em outras instâncias de governo. O Gráfico 1 demonstra essa evolução no período 2005-2014.

Gráfico 1: Quantidade de cursos ofertados e de alunos regulares matriculados
2005-2014



O índice de evasão, considerando desistentes e reprovados em todos os cursos *lato sensu*, sofreu ligeira elevação, passando de 7,7% ao final de 2013 para 8% ao final de 2014, com o encerramento do Curso de Especialização em Contabilidade Pública, contratado junto à UnB. Esse resultado mantém-se abaixo da média histórica do Programa, que é de 9,5%. O Gráfico 2 apresenta a evolução do índice de evasão dos cursos *lato sensu*.

Gráfico 2: Índice de evasão dos cursos *lato sensu*
2007-2014



A Tabela 3 demonstra os principais indicadores de evolução do Programa.

Tabela 3: Indicadores de evolução do Programa
2005 - 2014

Indicadores	Até dez/2013	Até dez/2014	Variação %
Quantidade de cursos	22	26	18%
Quantidade de alunos regulares matriculados	621	692	11%
Quantidade de egressos	514	540	5%
Índice de evasão (todos os cursos)	7,7%	8%	
Índice de evasão (Especialização - cursos próprios)	7,6%	7,6%	

Especificamente no ano de 2014, o Programa atendeu a 157 alunos regulares, considerando todos os cursos em andamento. Esse número representa crescimento de 14% em relação à quantidade de alunos atendidos em 2013. A Tabela 4 discrimina os dados relativos a 2014.

Tabela 4: Quantidade de alunos regulares atendidos em 2014

Curso	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total Geral
P&D				16	16	16	16	16	16	16	16	16	16
MBA								28	28	28	28	28	28
2013MEST1	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12
2013MEST2	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15
2014MEST2								16	16	16	16	16	16
Psico. UnB	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25
Cont. UnB	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30			30
Dinter Iesp			15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15
Total Mensal	82	82	87	103	103	103	103	157	157	127	127	127	**157**

Além do quantitativo de alunos regulares descrito anteriormente, o Programa instituiu, a partir de 2013, a figura de aluno especial, que é aquele matriculado em disciplinas isoladas dos cursos *stricto sensu* e *lato sensu*. Pelas regras do Programa, o aluno especial pode se matricular em até quatro disciplinas, respeitado o limite de até duas disciplinas por semestre. Os créditos obtidos podem ser aproveitados futuramente quando da entrada como aluno regular. Essa modalidade de ingresso contribui para dinamizar o curso e possibilitar que interessados em se tornar alunos regulares conheçam as propostas de pesquisa.

No ano de 2014 houve expressivo aumento na quantidade de candidatos interessados em ingressar no Mestrado como aluno especial. Foram aceitos 53 alunos, resultando em 65 matrículas em disciplinas do Mestrado. Desses alunos, 18 são externos, ou seja, não pertencentes ao quadro de servidores da Câmara dos Deputados.

Entretanto, o índice de evasão específico dessa categoria de alunos especiais tem se demonstrado alto, principalmente em comparação ao índice verificado nos cursos *lato sensu*. Em 2014, o índice de evasão de alunos especiais alcançou 40% no Mestrado.

Em dezembro de 2014 o Programa formou os dois primeiros Mestres em Poder Legislativo da Câmara dos Deputados. São os primeiros mestres formados por um Parlamento em toda a história, considerando-se cursos com o reconhecimento governamental específico. Os alunos são oriundos da primeira turma, que iniciou suas atividades em março de 2013. Conforme cronograma, as defesas dos demais alunos ocorrerão até fevereiro de 2015, cumprindo o prazo de dois anos recomendado pela Capes.

Os alunos que ingressaram na segunda turma do Mestrado, em agosto de 2013, submeteram-se, em novembro, ao exame de qualificação. As defesas estão previstas para maio de 2015.

O processo seletivo para a terceira turma realizou-se durante o primeiro semestre de 2014, com o aumento no número de vagas de 15 para 18, atendendo a decisão do Colegiado do Mestrado, que também determinou que a seleção passasse a ser anual. Foram 35 inscritos, representando índice candidato/vaga de 1,94 específico para este período. Dos 18 aprovados, 16 efetivaram a matrícula.

Novamente, o perfil da turma se caracterizou pelo predomínio de servidores efetivos da Câmara dos Deputados, representando 75% dos ingressantes. Quatro alunos são oriundos do Senado.

ALUNOS

A idade média das turmas é de 39 anos, alinhando-se ao padrão dos anos anteriores. Em 2013, a idade média subiu para 41 anos, decorrente da entrada de duas turmas de alunos do Mestrado.

Pequena maioria dos alunos continua sendo do sexo masculino (55%), situação que permaneceu inalterada em relação a 2013. Da mesma forma, a maior parte dos alunos é servidor da Câmara dos Deputados (80%), participação que vem crescendo ligeiramente ano a ano.

Os Gráficos 3 e 4 demonstram a evolução desses indicadores no período 2011 a 2014.

Gráfico 3: Idade média das turmas 2011-2014

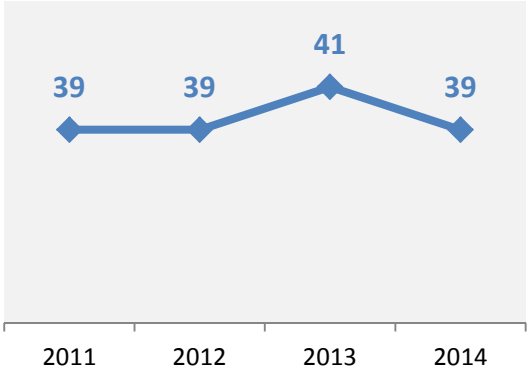
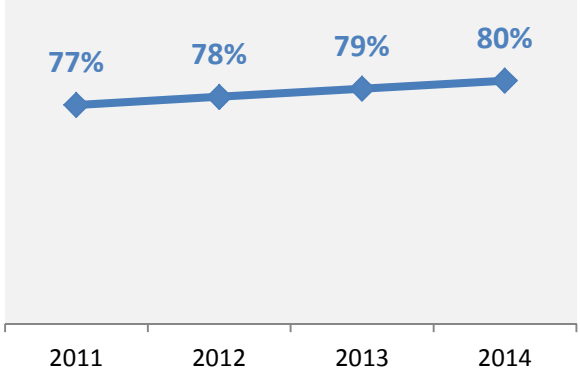
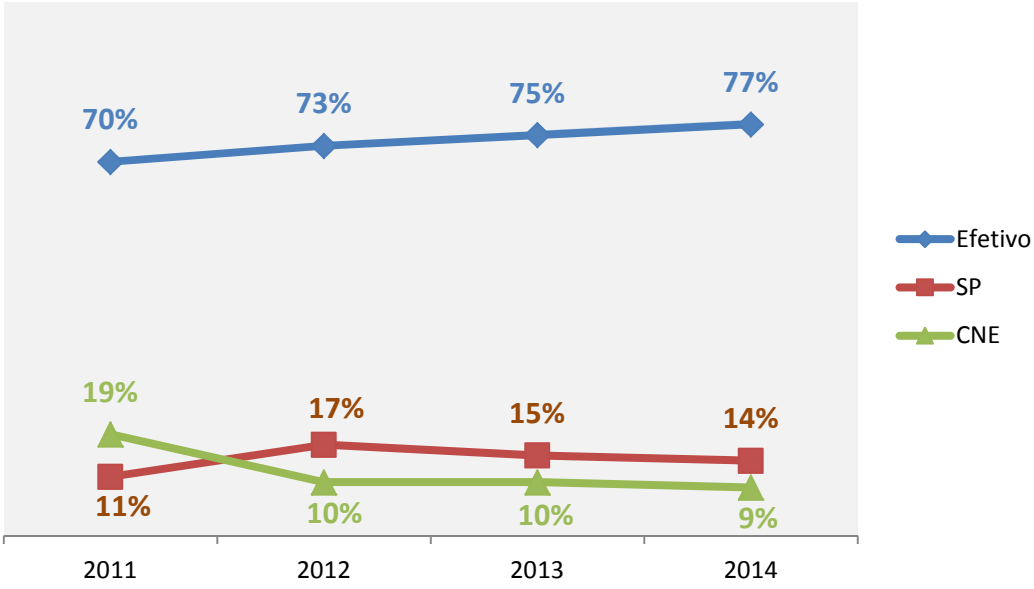


Gráfico 4: Participação de servidores da CD nas turmas 2011-2014



Dos alunos servidores da Câmara dos Deputados, 77% são Servidores Efetivos, 14% Secretários Parlamentares e 9% Cargos de Natureza Especial (CNEs). Ao longo dos últimos quatro anos a participação de Servidores Efetivos vem aumentando, decorrente da realização de turmas fechadas de cursos contratados junto à UnB (Psicodinâmica do Trabalho e Contabilidade Pública). Nesses cursos não há participação de Secretários Parlamentares e CNEs. Especificamente no ano de 2014 essa tendência se manteve devido à realização do MBA em Governança Legislativa, cuja turma é composta exclusivamente de servidores efetivos. O Gráfico 5 apresenta essa evolução.

Gráfico 5: Participação de Servidores Efetivos, SPs e CNEs
2011-2014

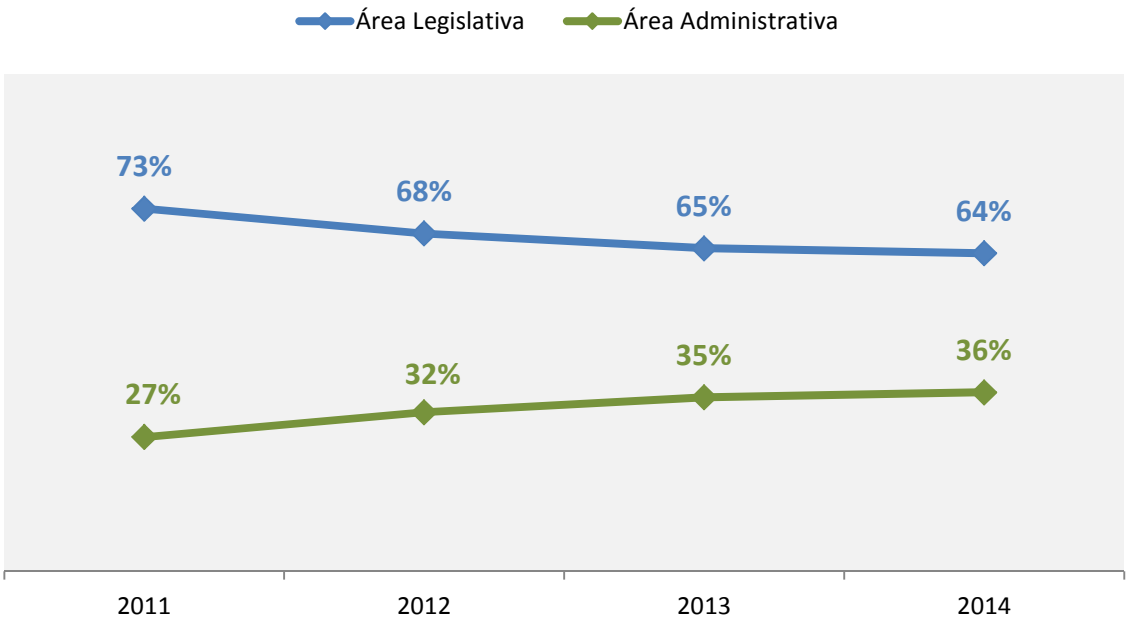


Os alunos externos pertencem, principalmente, às instituições que mantêm acordo de cooperação com a Câmara dos Deputados, tais como: Tribunal de Contas da União (TCU), Senado Federal, Câmara Legislativa do DF (CLDF), Controladoria Geral da União (CGU) e Advocacia Geral da União (AGU), entre outras. Em 2014, o Programa recebeu, ainda, um aluno da Confederação Nacional do Comércio (CNC) e um aluno que já havia ocupado o cargo de Secretário Parlamentar na Casa, porém atualmente sem vínculo empregatício.

A média de tempo de trabalho dos alunos nas suas respectivas instituições, que era de cerca de 9,5 anos, caiu em 2014 para 8,2 anos, influenciada pela turma que ingressou no Mestrado, que tem média baixa de 4,9 anos.

Na Câmara dos Deputados, a maioria dos alunos (64%) atuavam na área legislativa, em órgãos como Lideranças, Gabinetes Parlamentares, Departamento de Comissões (Decom), Centro de Documentação e Informação (Cedi), Consultoria Legislativa, Secretaria-Geral da Mesa (SGM), entre outros. Os alunos da área administrativa (36%) estavam lotados no Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade (Defin), Departamento Médico (Demed), Secretaria de Comunicação Social (Secom), Centro de Informática (Cenin), Departamento de Pessoal (Depes), Secretaria de Controle Interno (Secin), entre outros. Conforme apresentado no Gráfico 6, o atendimento a alunos oriundos da área administrativa da Casa vem se ampliando nos últimos anos. Esse movimento decorre da oferta de cursos com turmas fechadas para órgãos como Diretoria de Recursos Humanos (DRH), Demed e Depes – caso do Curso de Especialização em Psicodinâmica do Trabalho – e para órgãos como Defin, Secin e Departamento de Material e Patrimônio (Demap) – caso do Curso de Especialização em Contabilidade Pública. Além disso, em 2014 teve início o MBA em Governança Legislativa, no qual a maior parte dos alunos (61%) é da área administrativa.

Gráfico 6: Lotação dos servidores da CD nas turmas
2011 – 2014



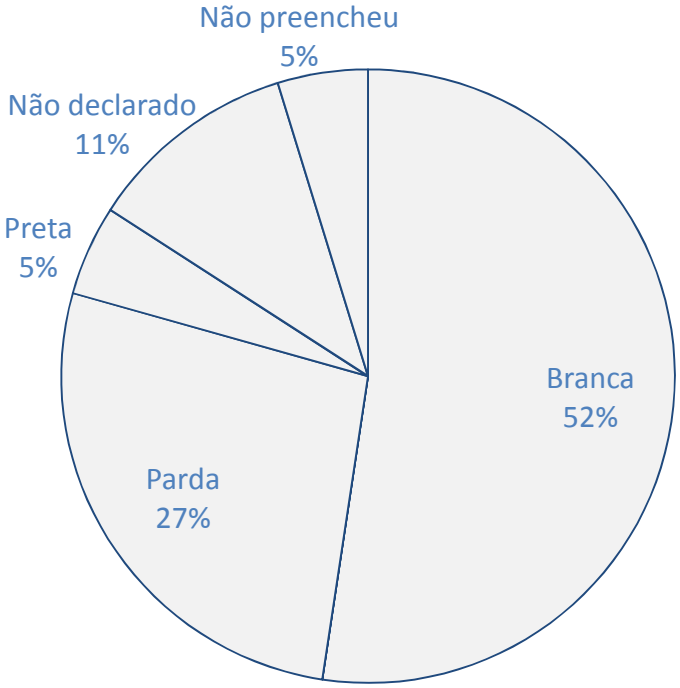
O Programa atende a alunos com formação diversificada. Os cursos de graduação mais informados são Direito, Administração, Jornalismo, Contabilidade, Letras e Economia. Parcela correspondente a 13% dos alunos informam possuir mais de um curso de graduação. A quantidade de alunos que já possuem especialização está em 30%, enquanto 6% já possuem mestrado, demonstrando a atratividade do Programa a indivíduos com formação qualificada. A Tabela 5 apresenta a evolução desses dados no período 2011 a 2014.

Tabela 5: Nível de formação dos alunos
2011 – 2014

Indicadores	Até dez/2011	Até dez/2012	Até dez/2013	Até dez/2014
Alunos com mais de uma graduação	12%	12%	12%	13%
Alunos com especialização	26%	25%	26%	30%
Alunos com mestrado	6%	7%	6%	6%
Alunos com doutorado	-	1%	0,5%	1%

A partir de 2014, o Programa passou a solicitar a autodeclaração de raça/cor aos alunos ingressantes que se dispuserem a fornecer essa informação, como ação inserida no Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça da Câmara dos Deputados. Conforme demonstrado no Gráfico 7, a maior parcela dos alunos se declara como branco ou pardo. Não houve registro de autodeclaração como indígena ou amarelo.

Gráfico 7: Autodeclaração de raça/cor
2014



PROFESSORES

Os professores do Programa são, em grande parte, servidores da Câmara dos Deputados que possuem experiência profissional e formação avançada na sua área de atuação. Adicionalmente, o Programa conta com professores externos, oriundos de instituições de ensino e outros órgãos públicos.

Nos cursos próprios, tanto em nível *lato sensu* quanto *stricto sensu*, 85 professores ministraram aulas até o final de 2014. Essa quantidade representa crescimento de 15% em relação à quantidade de professores até o final de 2013, que era de 74 docentes.

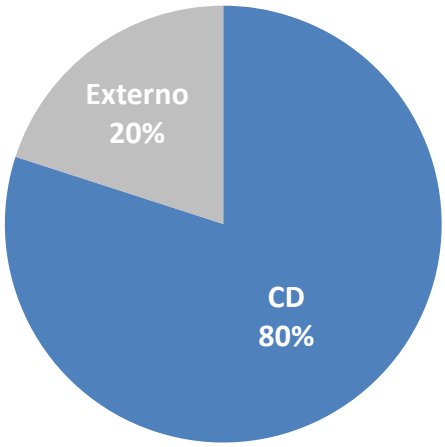
O Mestrado Profissional em Poder Legislativo possui quadro permanente de 20 professores, sendo que 18 atuaram em sala de aula. Todos são servidores efetivos da Câmara dos Deputados e possuem titulação de doutorado em diversas áreas, destacando-se Ciência Política, Ciências da Informação, Sociologia, Engenharia e Direito. O corpo de professores do Mestrado apresenta qualificação coerente com o que é exigido pela Capes, qual seja, corpo docente que combine formação de bom nível com forte *expertise* profissional e técnica além de inserção na área de atuação.

O Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD), relativo ao Mestrado Profissional em Poder Legislativo, alcança o valor de 5 (em escala de 1 a 5), visto que todos os docentes possuem Doutorado. Esse Índice está detalhado no item “Indicadores” deste relatório.

No grupo de professores dos cursos de especialização, 64 (80%) são servidores da Câmara dos Deputados e 16 (20%) de outras instituições, conforme

apresentado no Gráfico 8. Dos professores da Casa, 95% são servidores efetivos e o restante são Secretários Parlamentares e CNEs. Os professores de outras instituições são, em sua maioria, oriundos da UnB, do Senado, do TCU, da Unieuro e do UniCeub.

Gráfico 8: Vinculação profissional dos professores dos cursos de especialização



O Programa valoriza professores que tenham titulação avançada em suas áreas de atuação. Assim, como demonstrado na Tabela 6, a participação de professores com titulação de mestre e doutor chega a 79% nos cursos próprios de especialização, superando a exigência do MEC para a modalidade *lato sensu* que é de, pelo menos, 50% de professores com titulação.

Tabela 6: Titulação dos professores dos cursos de especialização

Professores da Especialização	Quant.	%	
Doutor	30	38%	79%
Mestre	33	41%	
Especialista	17	21%	

Especificamente quanto aos cursos próprios de especialização realizados durante o ano de 2014, o percentual de professores com titulação de mestre e doutor mantém índices superiores à exigência do MEC. No Curso de Especialização em Parlamento e Direito (P&D), esse percentual é de 82%, enquanto no MBA em Governança Legislativa é de 64%.

Diante da distribuição de titulações verificada acima, o Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD), relativo à especialização, alcança o valor de 3,5 (em escala de 1 a 5). Esse Índice está detalhado no item “Indicadores”, deste relatório.

De forma semelhante aos alunos, também os professores dos cursos de especialização possuem formação diversificada. As áreas de titulação mais

informadas são Ciência Política, Direito, Processo Legislativo (curso de especialização próprio do Programa), Sociologia, Instituições e Processos Políticos do Legislativo (curso de especialização próprio do Programa), Administração, Economia, entre outros. Destaca-se a atuação de professores que obtiveram especialização em cursos próprios do Programa, especificamente no Curso de Especialização em Processo Legislativo – PL (5 docentes) e no Curso de Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo – IP (4 docentes).

PREMIAÇÃO

O aluno Gustavo Veloso Martins, servidor da Câmara dos Deputados, recebeu menção honrosa no VI Prêmio SOF, com a monografia intitulada "Processo Legislativo Orçamentário Federal: evolução das resoluções orçamentárias pós-constituição de 1988". A monografia foi defendida no Curso de Especialização em Orçamento Público, realizado em parceria com o Instituto Serzedello Corrêa, do Tribunal de Contas da União (TCU), de julho de 2011 a dezembro de 2012.

Idealizado pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o concurso tem a finalidade de estimular a pesquisa que tenha como objeto o orçamento público, seus problemas, desafios e perspectivas, reconhecendo trabalhos de qualidade e de aplicabilidade na administração pública. Podem concorrer trabalhos individuais ou coletivos, de candidatos de qualquer nacionalidade e formação acadêmica (graduação ou pós-graduação).

PESQUISA

A vertente da pesquisa consiste em estimular a reflexão, a criação e a sistematização de conhecimento técnico especializado de docentes e discentes no campo do Poder Legislativo, por meio de pesquisas realizadas a partir dos Grupos de Pesquisa e Extensão (GPEs).

GRUPOS DE PESQUISA E EXTENSÃO

Os GPEs têm como objetivo levantar dificuldades relacionadas a questões próprias do Poder Legislativo e, em consequência, propor soluções e novos horizontes em um processo de análise e organização dos conhecimentos inerentes à função legislativa.

Para tanto, o Programa estabeleceu regras e estratégias no sentido de estimular a participação de alunos, egressos, docentes, servidores em geral e pesquisadores de outras instituições em pesquisa relacionadas aos assuntos próprios do Poder Legislativo, definidos nos seguintes eixos temáticos: a) Gestão Pública Legislativa; b) Processos Políticos do Poder Legislativo e c) Política Institucional do Poder Legislativo.

O ano de 2014 encerrou com 24 GPEs em funcionamento e 112 pesquisadores membros. Como demonstrado nos Gráficos 9 e 10, houve pequena redução da quantidade de grupos e pesquisadores em relação aos anos anteriores.

Esse movimento se justifica pela ênfase que a coordenação deu na busca de GPEs que funcionassem efetivamente e na introdução, no edital de seleção de novos grupos, de compromisso formal com a produção intelectual e da obrigatoriedade de participação nas Jornadas de Pesquisa e Extensão.

Gráfico 9: Quantidade de GPEs
2011 - 2014

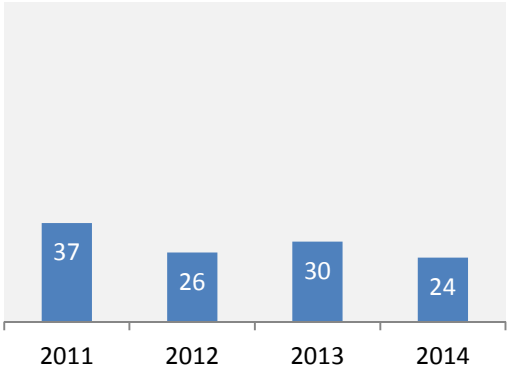
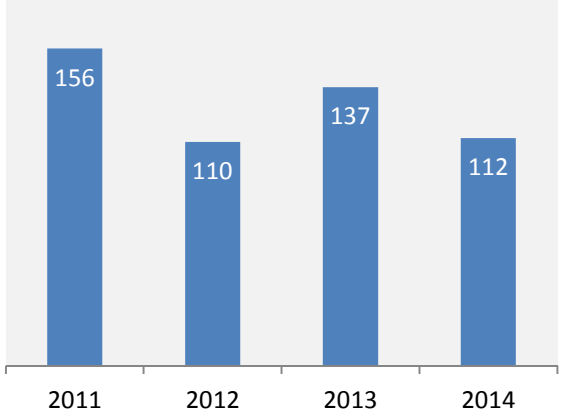
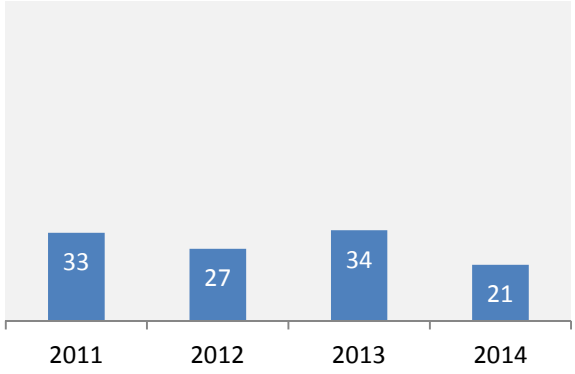


Gráfico 10: Quantidade de membros dos GPEs
2011 - 2014



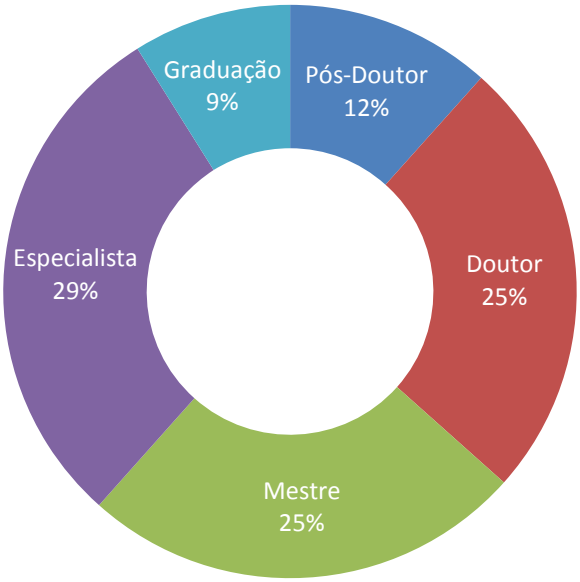
Ainda em relação aos anos anteriores, manteve-se a pluralidade de integrantes, apesar da redução da quantidade de pesquisadores externos, conforme demonstrado no Gráfico 11. Além da importante participação de pesquisadores oriundos da Câmara dos Deputados, há 21 membros externos, ligados às seguintes instituições: Duke University (EUA), UnB, Senado, USP, UNESP, UFMG, UFG, CLDF, Universidade Paris Descartes (França).

Gráfico 11: Quantidade de membros externos
2011 - 2014



Os membros possuem formação em várias áreas do conhecimento. A proporção de mestres, doutores e pós-doutores representa 62% do total de participantes, conforme apresentado no Gráfico 12.

Gráfico 12: Titulação dos membros dos GPEs



Em setembro de 2014 foi realizada a V Jornada de Pesquisa e Extensão da Câmara dos Deputados, com o intuito de divulgar a produção científica dos grupos e também de servidores que realizaram estudos de pós-graduação. É importante destacar a melhora da qualidade dos trabalhos apresentados, decorrente de maior aprofundamento e melhor fundamentação das pesquisas realizadas pelos grupos.

Figura 3: Folder de divulgação da V Jornada de Pesquisa e Extensão

Em 9 de novembro foi lançado o edital anual para seleção de novos GPEs. O prazo para inscrição se estende até março de 2015.

EXTENSÃO

A vertente da extensão tem ações voltadas às publicações físicas e digitais, como forma de estímulo à difusão do conhecimento legislativo, além da divulgação das atividades e oportunidades de educação legislativa. Também abrange ações do Cefor junto ao público externo.

Até 2014, foram publicados nove livros, além dos artigos da revista digital E-Legis, que alcançou seu 15º número. Em ação conjunta com o Centro de Documentação e Informação (Cedi), da Câmara dos Deputados, todos os arquivos de monografias, dissertações e teses recebidos dos alunos que completam os cursos são enviados à Biblioteca Digital para publicação segundo as normas de direito autoral e indexação, formando o Banco de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs).

REVISTA ELETRÔNICA E-LEGIS

A revista eletrônica E-Legis (ISSN: 2175-0688), publicada desde 2008, divulga trabalhos, artigos e relatos de pesquisas produzidos por alunos, professores e pesquisadores vinculados aos cursos e aos GPEs, além de estudos de outros autores interessados nas questões do Legislativo.

Os objetivos da E-Legis compreendem o estímulo à circulação de ideias e incentivo ao debate de temas ligados às linhas temáticas do Programa, a contribuição para o enriquecimento do processo de produção e a disseminação de conhecimento próprio do Poder Legislativo, tornando-se um dos veículos privilegiados de divulgação dos estudos e pesquisas realizados na área.

Figura 4: Capa da edição nº 15 da Revista E-Legis

A E-Legis é publicada quadrimestralmente (desde 2013) e oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.

No sistema de avaliação adotado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), conhecido como Qualis, a Revista E-Legis é classificada como B3 nas seguintes áreas: arquitetura e urbanismo; sociologia; ciência política e relações internacionais.

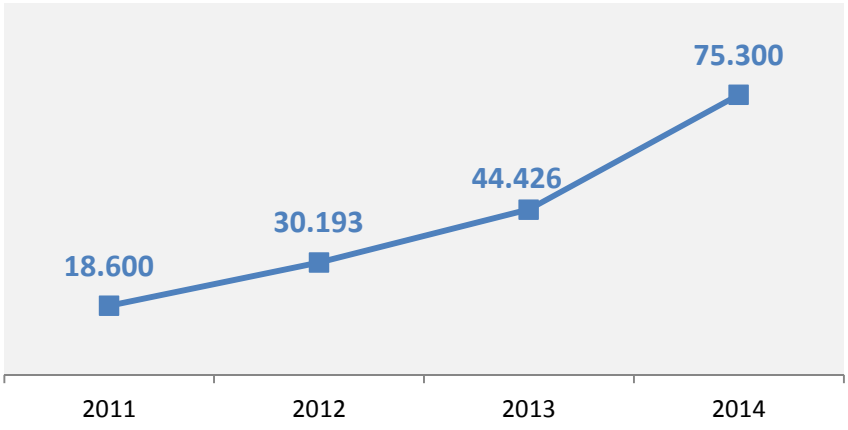
A Revista está indexada na base de dados Latindex (*Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal*), que é um sistema de informação dedicado ao registro e difusão de revistas acadêmicas editadas nos países ibero-americanos. Está em processo de aceitação nas bases de dados Scielo (*Scientific Electronic Library Online*), ou Biblioteca Científica Eletrônica em Linha, e Redalyc (*Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal*).

Em 2014, a Revista Eletrônica E-Legis alcançou seu 15º número, com publicação total de 98 artigos e 75.300 downloads. Desde 2011, ano em que se iniciou a avaliação de impacto da Revista, a evolução acumulada da quantidade de downloads foi da ordem de 300%, ou seja, crescimento de quatro vezes. A evolução ano a ano foi mais significativa em 2014, comparativamente ao total alcançado até 2013. A Tabela 7 e o Gráfico 13 demonstram essa evolução.

Tabela 7: Evolução da quantidade de downloads de artigos da E-Legis 2011 - 2014

Ano	Quant. de edições no ano	Quant. de downloads acumulado	Evolução percentual ano a ano
2011	2	18.600	-
2012	2	30.193	62%
2013	3	44.426	47%
2014	3	75.300	69%

Gráfico 13: Quantidade de downloads de artigos da E-Legis 2011 - 2014



Ainda em 2014 foi criada a seção “Artigo Convidado”, destinada a receber a contribuição de renomados pesquisadores de diversas áreas, versando sobre temas convergentes à Revista. A Tabela 8 apresenta os artigos publicados nessa seção.

Tabela 8: Artigos convidados publicados na E-Legis

Edição	Data	Título do artigo	Autor
13	jan/abr 2014	Religiões, contexto e política: uma aproximação teológico-cultural	Ronaldo Sathler-Rosa, PhD
15	set/dez 2014	Mudanças econômicas e modelos de governação: democratização e desenvolvimento	José Joaquim Dinis Reis, Doutor

PRODUÇÃO INTELECTUAL DOS PROFESSORES E ALUNOS DO MESTRADO

Um dos indicadores que melhor permite dimensionar a consistência acadêmica de uma instituição é a produção intelectual qualificada, publicada em veículos científicos cujo valor e seriedade sejam reconhecidos pelo meio acadêmico. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), fundação do Ministério da Educação (MEC), acompanha essa produção intelectual como um dos indicadores de avaliação dos programas de Mestrado Profissional.

Em relação ao corpo docente, a orientação é que deve apresentar produção científica e técnica regular, sendo formada por publicações em periódicos Qualis, livros ou capítulos científicos, bem como produção técnica correspondente à atividade desenvolvida no curso, como relatórios técnicos, diagnósticos, estudos de caso e produtos técnicos resultantes de atividades de monitoramento e avaliação da implementação e do resultado de políticas e formulação de alternativas e propostas inovadoras.

Especificamente como diretriz da área de conhecimento Ciência Política e Relações Internacionais da Capes, área em que se vincula o Mestrado Profissional em Poder Legislativo do Cefor, está a produção de qualidade, medida pela publicação per capita de artigos em periódicos classificados como A1, A2 e B1 no Qualis, bem como a dispersão dessa produção qualificada entre o corpo de professores.

Como exemplos da produção do corpo de professores do Mestrado durante o ano de 2014, foram registrados 23 artigos em periódicos científicos (classificação Qualis de A2 a C), 6 livros ou capítulos publicados e 16 trabalhos em anais de congressos.

Também os alunos do Mestrado são estimulados a produzir, com supervisão de seus orientadores. No ano de 2014 foram registradas publicações de 6 artigos de autoria de alunos em periódicos científicos (classificação Qualis de B2 a C) e 1 trabalho em anais de congressos.

AÇÕES DO CEFOR JUNTO AO PÚBLICO EXTERNO

O Cefor, por meio da sua Coordenação de Educação para a Democracia (Coede), desenvolve uma série de atividades com perfil extensionista. Os diversos programas listados abaixo atenderam a um total de 932 participantes em 2014.

- Estágio - Cidadão: destinado aos universitários que fazem seu estágio na Câmara dos Deputados, seu objetivo é propiciar aos estagiários a oportunidade de adquirir conhecimentos sobre o papel do Legislativo e desenvolver atitudes positivas com relação ao exercício da cidadania ativa. Em 2014 foram 50 participantes.

- Estágio - Visita de Curta Duração: o programa possui a duração de uma semana e tem por objetivo proporcionar a estudantes universitários de diversos Estados da Federação informações acerca da Câmara dos Deputados e do Poder Legislativo. Em 2014, o número de edições desse programa foi reduzido em função da Copa do Mundo e das eleições, tendo atingido 190 participantes. A previsão anual de atendimento é de 400 alunos, com previsão de aumento para 700 alunos a partir de 2015.

- Missão Pedagógica no Parlamento: programa destinado a professores de todo o país com o objetivo de fornecer a estes profissionais subsídios didáticos que contribuam para a inserção de temas relativos à democracia e à cidadania no cotidiano escolar. Anualmente, 216 professores assistem a um curso de 30h. Desses, foram selecionados 60 que participaram do programa em 2014.

- A Escola na Câmara: destinado a estudantes do nível médio, o objetivo do evento é aproximar os jovens da Câmara dos Deputados, propiciando o conhecimento da estrutura e do funcionamento do Poder Legislativo, despertando-os para a reflexão crítica e para a participação política. Em 2014 foram 299 participantes.

- Parlamento Jovem Brasileiro: programa promovido pelo Cefor, em parceria com a Secretaria de Comunicação Social (Secom) da Câmara dos Deputados, com o objetivo de propiciar a estudantes do nível médio de todos os estados brasileiros a vivência do processo político e democrático mediante participação em uma jornada parlamentar de uma semana, com diplomação, posse e exercício de mandato legislativo. Em 2014 foram 78 participantes.

- Oficina de Atuação Parlamentar: destinado a grupos de voluntários, associações comunitárias, ONGs e OSCIPs tem o objetivo de fornecer aos alunos as ferramentas para acompanhar e participar do processo de elaboração de leis, mediante a oferta de conhecimentos fundamentais sobre a relação entre Estado e sociedade (cidadania), com foco na participação e na organização comunitárias; bem como de informações e canais de comunicação da Câmara dos Deputados à população. Alcançou 93 participantes em 2014.

- Universidade na Câmara: o projeto objetiva atender às demandas de instituições de ensino superior que possuem interesse em realizar visitas à Câmara dos Deputados com seus estudantes. Em geral, tais visitas incluem em sua programação aulas dialogadas, debates e visita institucional, com carga horária de 4 a 8 horas de duração. Em 2014 houve quatro solicitações e 162 participantes.

EVENTOS

Com o objetivo de ampliar a inserção internacional do Programa, estratégia valorizada pela área de Ciências Políticas e Relações Internacionais da Capes, foram intensificados os contatos com instituições do exterior e, mais diretamente, com professores de reconhecida produção na área.

Essas iniciativas resultaram no crescimento expressivo da quantidade de eventos com participação de professores estrangeiros em visita ao Cefor, como palestras, minicursos, debates e outros do gênero. Foram oferecidas ao público do Programa oportunidades de contato direto com pesquisadores renomados para a troca de experiências e conhecimentos.

Nesse contexto de internacionalização, o Programa recebeu, como palestrantes, os professores Olivier Dabène (Science Po, França), José Joaquim Dinis Reis (Universidade de Coimbra), Timothy Power (Universidade de Oxford), David Altman (Pontifícia Universidade Católica do Chile) e Mauro Porto (Universidade de Tulane, EUA).

Como visitantes interessados em firmar parcerias ou convênios com o Programa, foram recebidos em 2014: Prof. Dr. Lawrence Feick, Senior Director of International Programs and Director of the University Center for International Studies; John T. Keeler, Dean of the Graduate School for Public and International Affairs; Scott Morgenstern, Director of the Center for Latin American Studies da Universidade de Pittsburgh (EUA); Profa. Dra. Carol A. Rush, Associate Dean da Sol Price School of Public Police e Prof. Paulo Rodrigues, do Office of the Provost for Global Initiatives, da University of Southern California.

Outra linha de atuação foi a de ampliar a aproximação com embaixadas e representações de outros países. O diretor da Coordenação de Pós-Graduação e o Prof. José Raymundo Ribeiro Campos Filho participaram da recepção aos decanos e professores da Universidade Livre de Bruxelas, a convite do Sr. Embaixador da Bélgica, Josef Smets. Dentro do ciclo de conferências "Parlamentos e Instituições – Experiências Internacionais", com debates abertos ao público e apresentações de resultados de grupo de pesquisa composto por alunos do Mestrado, o Prof. Dr. Ricardo de João Braga e o Prof. José Raymundo Ribeiro Campos Filho organizaram três eventos com apoio de embaixadas e consulados de Argentina, Chile e Portugal.

Na linha da inserção internacional destaca-se também a participação de Nilson Assis, discente do Mestrado, como palestrante em Seminário Internacional promovido pela Universidade Monash, na Austrália. Ele apresentou palestra com o tema "*Knowledge Management Practices in National Parliaments*".

EVENTOS REALIZADOS EM 2014

No decorrer do ano de 2014, foram realizados 10 eventos pelo Programa de Pós-Graduação, com público total estimado de 683 pessoas:

Fevereiro

- Aula Inaugural do Curso de Especialização em Parlamento e Direito (P&D)

  Data: 6/2/2014

  Local: Auditório do Cefor

  Palestrante: Ministro Carlos Ayres Britto (ex-STF)

  Título: Relações entre o Parlamento e o Direito

  Público: 72 pessoas

Março

- Aula Inaugural do Mestrado – 1º semestre 2014

  Data: 10/3/2014

  Local: Auditório do Cefor

  Palestrante: Olivier Dabène (SciencePo)

  Título: "É possível a democracia ao nível regional? Recentes evoluções do regionalismo sul-americano"

  Público: 51 pessoas

Maio

- Ciclo de Palestras

  Data: 15/5/2014 - Local: Auditório do Cefor

  Palestrante: José Joaquim Dinis Reis (Universidade de Coimbra)

  Título: Mudanças econômicas e modelos de governança: democratização e desenvolvimento

  Público: 46 pessoas

- Ciclo de Palestras

  Data: 20/5/2014 - Local: Auditório do Cefor

  Palestrante: Mara Telles (Universidade Federal de Minas Gerais)

  Título: Valores, classe média e o voto econômico: os paradoxos do novo eleitor

  Público: 41 pessoas

Junho

- Seminário Cefor/FGV

  Data: 10/6/2014 - Local: Auditório do Cefor

  Palestrantes: diversos

  Título: 25 anos da Constituição de 1988: impactos, avanços e dilemas

  Público: 22 pessoas

Agosto

- Seminário Internacional

  Data: 8/8/2014 - Local: Auditório do Cefor

  Palestrantes: Timothy Power e David Altman

  Título: Participação: novos paradigmas para a representação?

  Público: 88 pessoas

Setembro

- V Jornada de Pesquisa e Extensão

  Data: 8 e 9/9/2014 - Local: Auditório do Cefor

  Título: Relação entre Parlamento e Mídia no Brasil

  Público: 170 pessoas

Outubro

- Seminário CONOF

  Data: 15 e 16/10/2014 - Local: Plenário da Comissão Mista de Orçamento – CMO

  Título: Previdência Social Brasileira – desafios para a garantia de proteção social com sustentabilidade

  Público: 152 pessoas

Novembro

- Ciclo de Conferências

  Data: 20/11/2014 (Chile), 27/11/2014 (Argentina) e 4/12/2014 (Portugal) - Local: Salas 34 e 41 do Cefor

  Título: Parlamentos e Instituições – Experiências Internacionais

  Público: 23 pessoas

Dezembro

- 1ª Sessão de Defesa do Mestrado

  Data: 04/12/2014 - Local: auditório do Cefor

  Título: “Qualidade da prestação de serviços pela Câmara dos Deputados”.

  Público: 18 pessoas

INDICADORES

O processo de avaliação estratégica do Programa de Pós-Graduação do Cefor configura-se em etapas sistemáticas, que se realizam continuamente e se complementam. Alguns indicadores de qualidade foram desenvolvidos para orientar a gestão do Programa e são descritos nos itens a seguir.

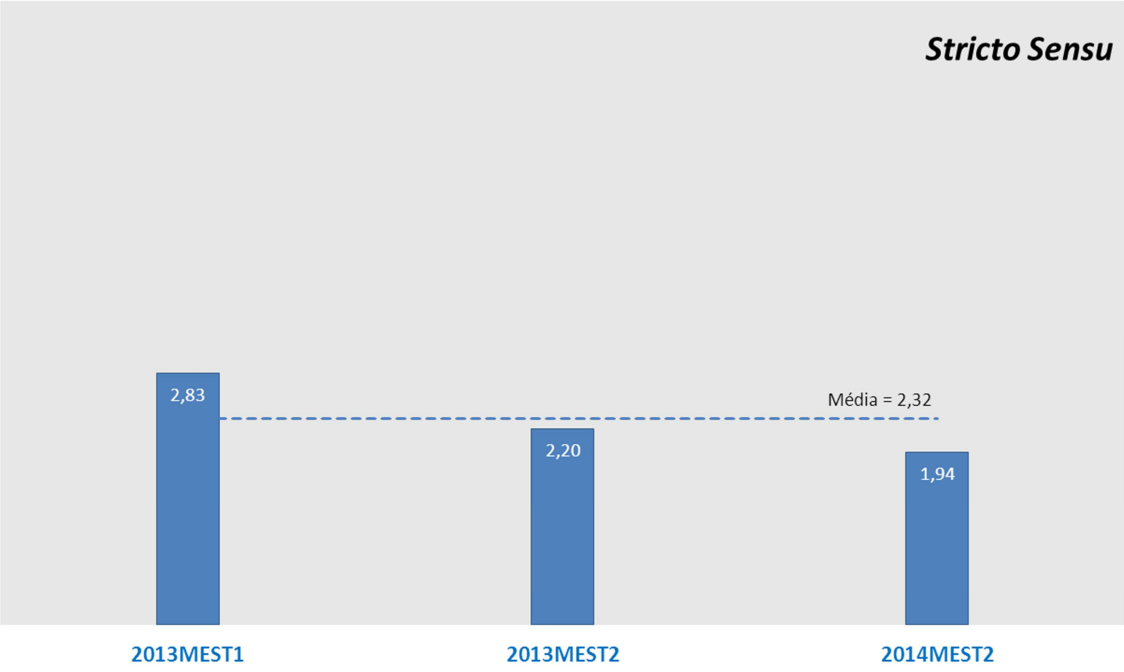
ÍNDICE CANDIDATO/VAGA

Adotado internamente a partir de 2013 como indicador de atratividade dos cursos ofertados pelo Programa, é calculado dividindo-se a quantidade de candidatos inscritos no processo seletivo de cada curso pela quantidade de vagas estabelecidas em edital.

Os cursos oferecidos pelo Programa são abertos à participação tanto de servidores da Câmara dos Deputados quanto de quaisquer interessados, mesmo que não possuam vínculo com instituições públicas ou privadas. As regras são definidas em edital específico para o processo seletivo de cada curso.

O resultado do índice relativo ao Mestrado é apresentado no Gráfico 14, por ordem cronológica de oferta das turmas. O índice apresenta redução decorrente do aumento progressivo da quantidade de vagas, que começou em 12 na primeira seleção em 2013, passou para 15 na segunda seleção e chegou a 18 em 2014. A quantidade de candidatos permaneceu praticamente estável: 34, 33 e 35, respectivamente.

Gráfico 14: Índice Candidato/Vaga do Mestrado
2013 - 2014



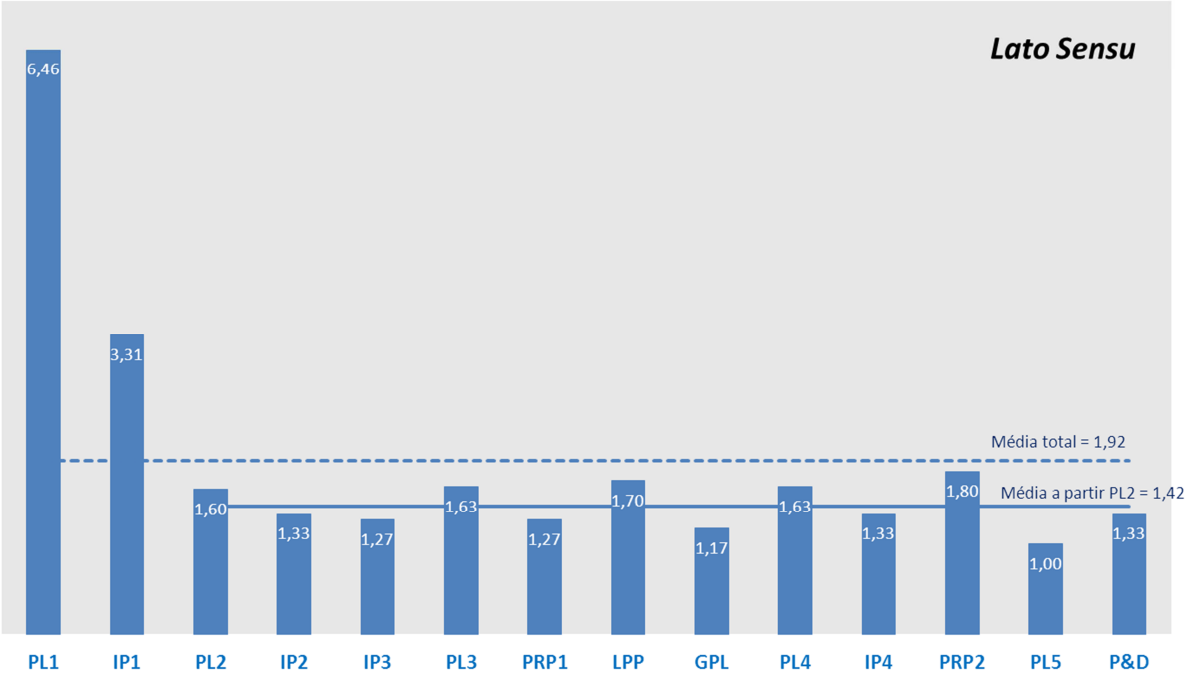
Obs.: a quantidade de vagas foi de 12 para o 2013MEST1, 15 para o 2013MEST2 e de 18 para o 2014MEST1.

O resultado do índice relativo aos cursos de especialização próprios é apresentado no Gráfico 15, por ordem cronológica de oferta.

Ressalte-se, ainda, que o índice médio dos cursos de especialização próprios (Média = 1,92) está fortemente influenciado pela alta demanda na oferta das primeiras edições do Curso de Especialização em Processo Legislativo (PL) e do Curso de Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo (IP), procura que não se repetiu nas edições posteriores dos demais cursos. Essa média está representada como linha tracejada no Gráfico 15.

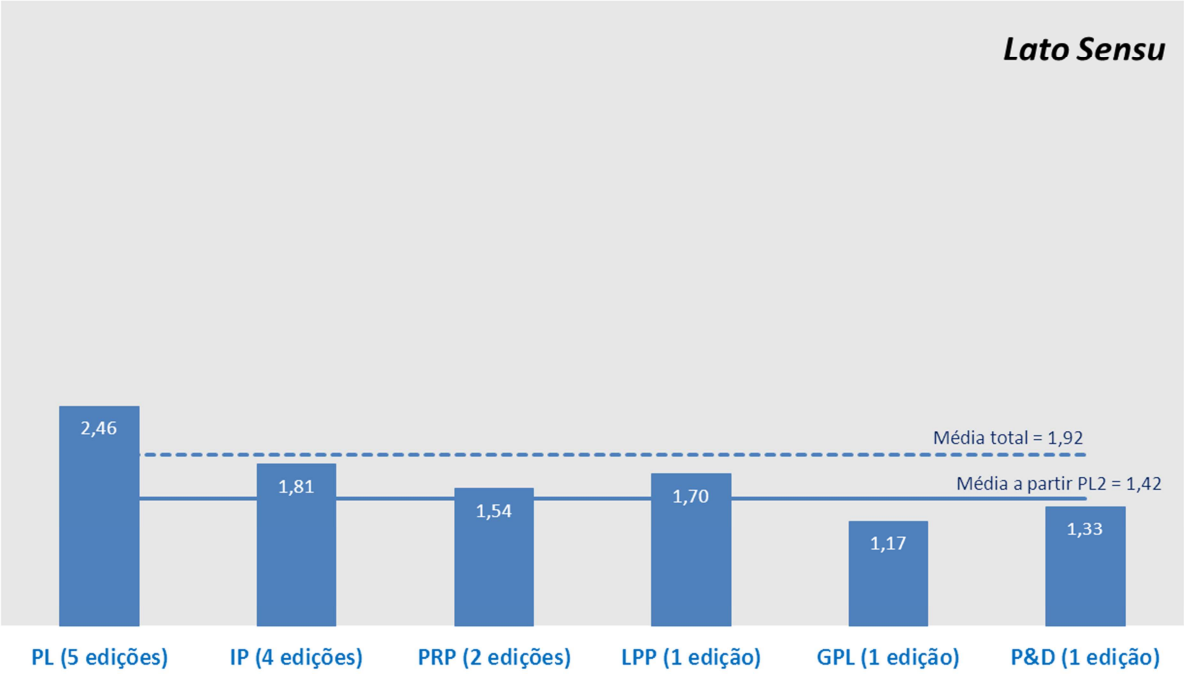
O índice médio a partir do curso PL2 (Média = 1,42) representa o comportamento característico dos cursos de especialização próprios realizados pelo Programa, desconsiderando os índices elevados das primeiras edições dos cursos PL e IP. Esse índice médio está representado como linha cheia no Gráfico 15.

Gráfico 15: Índice Candidato/Vaga dos cursos de especialização próprios
2005 - 2014



O Gráfico 16 apresenta o Índice Candidato/Vaga médio agrupado por família de cursos de especialização próprios do Programa. Novamente, os cursos PL e IP têm índices fortemente influenciados pela alta demanda na oferta das primeiras edições, procura que não se repetiu nas edições posteriores.

Gráfico 16: Índice Candidato/Vaga por família dos cursos de especialização próprios 2005 - 2014



ÍNDICE DE AVALIAÇÃO DE CURSOS (IAC)

O IAC é um indicador interno apresentado em escala de 1 a 5 que expressa a qualidade dos cursos de especialização próprios do Programa com base em suas características e nos resultados das várias etapas de avaliação aplicadas. As notas obtidas nos diversos itens avaliados são padronizadas estatisticamente com o objetivo de proporcionar visualização mais precisa do resultado de cada curso em relação ao conjunto dos demais cursos próprios do Programa. O índice é calculado por metodologia própria, considerando dados obtidos internamente, e não representa a avaliação de órgãos reguladores.

O IAC é construído levando em conta 8 componentes de avaliação de cada curso:

1. Índice Candidato/Vaga (indicador de atratividade);
2. Proporção de professores com titulação de mestrado e doutorado (indicador de desempenho);
3. Índice de evasão (indicador de desempenho);
4. Avaliação das disciplinas e avaliação docente (avaliação de reação);
5. Avaliação de infraestrutura (avaliação de reação);
6. Avaliação da atividade de orientação (avaliação de reação);
7. Avaliação de término de curso (avaliação de impacto);
8. Avaliação de egressos (avaliação de impacto).

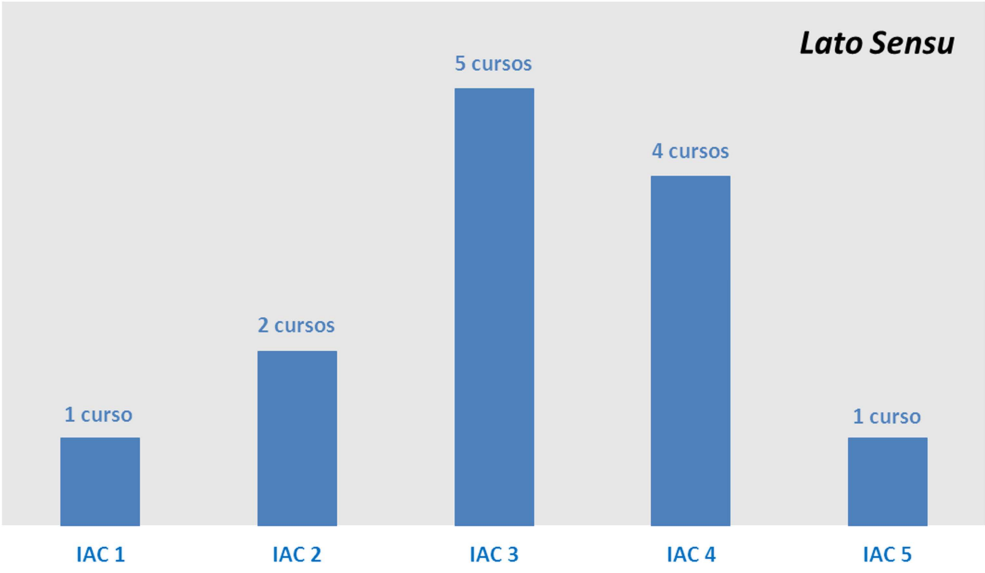
O IAC foi aplicado aos cursos de especialização próprios do Programa encerrados até dezembro de 2014 e apresentou os resultados demonstrados no Gráfico 17.

Gráfico 17: Índice de Avaliação de Cursos (IAC)
2005 - 2014

A distribuição dos cursos de especialização próprios do Programa em relação à nota obtida no IAC está demonstrada no Gráfico 18. Um curso obteve nota 5, quatro cursos alcançaram nota 4, cinco cursos registraram nota 3, dois cursos obtiveram nota 2 e um curso registrou nota 1.

O IAC médio é de 3,2. Cinco cursos alcançaram IAC acima desse valor médio.

Gráfico 18: Quantidade de cursos por nota de IAC
2005 - 2014



ÍNDICE DE QUALIFICAÇÃO DO CORPO DOCENTE (IQCD)

O IQCD é um indicador de desempenho adotado em instituições de ensino superior que retrata a maior ou menor quantidade de professores com titulação de mestrado e doutorado. Relaciona a qualidade do ensino com o volume de pesquisas, pois pressupõe que, quanto maior a quantidade de professores com titulação de mestre ou doutor, maior quantidade e melhor qualidade terão as pesquisas realizadas na instituição.

O IQCD é utilizado nos estudos de avaliação do ensino superior. Seu valor varia de 1 (todos os professores possuem apenas graduação) até 5, situação em que todos os docentes são doutores. O indicador é calculado por meio da expressão matemática abaixo, de acordo com as orientações do Tribunal de Contas da União (TCU) para o cálculo dos indicadores de gestão (Decisão nº 408/2002 - PLENÁRIO e ACÓRDÃOS nº 1046/2006 e nº 2167/2006 - Plenário TCU):

$$IQCD = 5D+3M+2E+G \ / \ D+M+E+G$$

onde:
D = nº de professores com doutorado;
M = nº de professores com mestrado;
E = nº de professores com especialização;
G = nº de professores apenas graduados.

Dessa forma, o IQCD refere-se à média ponderada da capacitação docente obtida através dos seguintes pesos: Graduação (G) peso 1, Especialização (E) peso 2, Mestrado (M) peso 3 e Doutorado (D) peso 5. A Tabela 9 apresenta o IQCD para os dois níveis de ensino (*lato sensu* e *stricto sensu*) e para o Programa de Pós-Graduação.

Tabela 9: Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)

Nível	IQCD
Lato Sensu (Especialização)	3,5
Stricto Sensu (Mestrado)	5,0
Programa (Especialização e Mestrado)	3,8

ÍNDICE DE AVALIAÇÃO DE EDUCADORES (IAE)

O IAE foi desenvolvido com a finalidade de prover ranking de professores que atuam nos cursos de especialização próprios e é baseado nas avaliações de reação aplicadas aos alunos ao final das disciplinas. A utilização desse ranking é restrita à gestão do Programa e visa propiciar instrumento objetivo para orientar e complementar a capacitação e seleção dos docentes.

As categorias avaliadas correspondem às competências demonstradas pelos professores em termos de domínio de conteúdo, didática e relacionamento interpessoal. As notas obtidas nos diversos itens avaliados são padronizadas estatisticamente com o objetivo de proporcionar visualização mais precisa do desempenho de cada docente em relação ao conjunto dos demais professores atuantes no Programa. O IAE é apresentado em escala de 1 a 5 e dividido em

quatro classes, em ordem decrescente de acordo com a distribuição de notas obtidas pelos professores. O ranking é composto apenas dos professores que ministraram disciplinas em, pelo menos, dois cursos.

O ranking estabelecido ao final de 2014 está demonstrado na Tabela 10, com a omissão dos nomes dos professores para preservar a privacidade.

Tabela 10: Índice de Avaliação de Educadores (IAE) do Programa
Notas padronizadas dos professores que atuaram em, pelo menos, 2 cursos
2005 - 2014

Classe	Educador	Nota Padronizada	Quant. Cursos *Lato Sensu*
1	Professor	4,71	2
	Professor	4,62	2
	Professor	4,55	4
	Professor	4,36	2
	Professor	4,35	3
	Professor	4,32	5
	Professor	4,28	2
	Professor	4,23	3
2	Professor	4,21	4
	Professor	4,06	4
	Professor	4,05	2
	Professor	4,03	4
	Professor	3,99	4
	Professor	3,88	6
	Professor	3,88	3
3	Professor	3,61	4
	Professor	3,56	2
	Professor	3,46	5
	Professor	3,46	3
	Professor	3,37	2
	Professor	3,26	3
	Professor	3,11	3
4	Professor	2,65	2
	Professor	2,52	3
	Professor	2,47	4
	Professor	2,18	3
	Professor	2,12	2
	Professor	1,90	2
	Professor	1,02	2

3. Resultados da avaliação de cursos do Programa

O fluxo da avaliação de cursos do Programa prevê a aplicação de várias etapas antes do curso, durante a realização e após o encerramento, como demonstrado na Figura 5. Essas etapas são cumpridas em seus momentos específicos e geram relatórios que são disponibilizados aos públicos envolvidos, como professores, orientadores, coordenação do Programa e direção do Cefor.

Figura 5: Fluxo da avaliação de cursos do Programa

As seguintes etapas foram realizadas no ano de 2014:

- Perfil da turma ingressante do Mestrado (2014MEST2). Os resultados foram apresentados à coordenação, professores, alunos e ao colegiado do Mestrado.

- Perfil da turma do Curso de Especialização em Parlamento e Direito (P&D), ingressante no 1º semestre, e do MBA em Governança Legislativa, ingressante no 2º semestre. Os resultados foram apresentados à coordenação, professores e alunos.

  A metodologia definida para o levantamento do perfil da turma tem por objetivo identificar as características sociográficas da clientela, visando orientar a atuação dos professores e da coordenação, além de reunir dados estatísticos a respeito do público dos cursos oferecidos. A coleta é realizada antes do início das aulas, com dados obtidos durante a matrícula dos alunos. Os resultados gerados são consolidados em relatório do perfil da turma e são direcionados à orientação para a prática pedagógica e administrativa e divulgados para professores, alunos e coordenação.

- Avaliação de Disciplinas e Avaliação Docente das turmas do Mestrado, do Curso Parlamento e Direito e do MBA. Os resultados da avaliação do Mestrado foram apresentados à coordenação, professores, alunos e ao colegiado do Mestrado. Os resultados da avaliação da especialização foram apresentados à coordenação e aos professores.

A Avaliação de Disciplinas e a Avaliação Docente são etapas aplicadas simultaneamente aos alunos e professores dos cursos ao final do período de aulas de cada disciplina. São espelhadas de forma a propiciar a autoavaliação e a heteroavaliação, tanto do desempenho dos professores quanto da turma de alunos. A Avaliação de Disciplinas tem função de acompanhamento e controle e busca avaliar a reação do aluno quanto à disciplina, à atuação docente e à coordenação, além de contemplar a autoavaliação do aluno quanto ao seu desempenho na disciplina. A Avaliação Docente busca levantar a opinião do professor quanto ao curso, à turma e à coordenação, além de autoavaliação quanto ao seu desempenho. Conjugada às avaliações feitas pelos alunos, proporciona identificar caminhos de intervenção, se necessários, ainda durante o decorrer do curso. Como produtos, são gerados relatórios que se destinam a orientar a prática pedagógica, oferecer insumos para apoio e ajustes futuros no projeto pedagógico do curso. A divulgação é feita aos alunos ao fim de cada semestre, aos professores, imediatamente após o encerramento da disciplina e à comunidade acadêmica.

- Avaliação de Infraestrutura aplicada às turmas e professores do Mestrado e do Curso Parlamento e Direito. O relatório consolidado, que incluiu os resultados da Avaliação de Infraestrutura realizada nos anos anteriores, foi apresentado às áreas envolvidas.

  A Avaliação de Infraestrutura tem como objetivo levantar as percepções dos alunos e professores quanto à infraestrutura física e de apoio disponibilizada para as atividades de ensino e pesquisa. De modalidade qualitativa e quantitativa, avalia vários indicadores relativos às instalações gerais do Cefor, às condições da sala de aula, aos serviços de apoio, à biblioteca do Centro de Documentação e Informação (Cedi) e à atuação da Coordenação de Pós-Graduação. Como avaliação de caráter formativo, constitui-se em oportunidade de colher informações qualificadas dos usuários acerca da estrutura física oferecida para realização dos cursos, proporcionando dados para identificação dos pontos positivos e das necessidades de melhoria. É aplicada anualmente, ao final do primeiro semestre para preenchimento pelos alunos e professores das turmas em andamento. Seus resultados geram dados para identificação dos pontos positivos e das necessidades de melhoria em relação à infraestrutura física e de apoio e são divulgados para a administração do Cefor e da Biblioteca da Câmara dos Deputados, áreas envolvidas, alunos e professores.

- Seminário de Revisão do Projeto Pedagógico do Curso PL.

  Após a oferta da sua 5ª edição, o Curso de Especialização em Processo Legislativo (PL) teve seu projeto pedagógico revisado por meio da realização de um seminário específico para esse fim. O evento aconteceu em novembro de 2014 e contou com a participação de 30 pessoas, entre professores, alunos e representantes da coordenação. Com base no projeto pedagógico original, em entrevistas realizadas com profissionais do processo legislativo e nas avaliações aplicadas nas cinco edições do curso, o grupo avaliou sugestões de aperfeiçoamentos em três eixos de conteúdo: Ciência Política; Direito e Normas; Processo Legislativo. A análise se concentrou nas ementas das disciplinas e abordaram também a concepção

metodológica do curso e sua forma de oferta. Essas discussões foram dirigidas por professores com conhecimento e experiência nos temas dos eixos de conteúdo e geraram relatórios propositivos com vistas à construção do projeto pedagógico revisado. O trabalho desenvolvido no Seminário de Revisão irá produzir o novo projeto pedagógico do curso PL, para oferta da 6ª edição a partir do 1º semestre de 2016.

- Além das etapas acima do Fluxo de Avaliação de Cursos, foi realizada a avaliação da V Jornada de Pesquisa e Extensão. O relatório foi apresentado à coordenação e à direção do Cefor.

MESTRADO

METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO

As etapas de levantamento do perfil da turma, de avaliação de disciplinas e de avaliação docente, além da avaliação de infraestrutura (descrita em item próprio abaixo) foram aplicadas ao Mestrado Profissional em Poder Legislativo em 2014.

No ano de 2014 foi iniciada a terceira turma do Mestrado Profissional em Poder Legislativo, com ingresso de 16 alunos regulares no segundo semestre.

Novamente, o perfil da turma se caracterizou pelo predomínio de servidores efetivos da Câmara dos Deputados, representando 75% dos ingressantes. Quatro alunos são oriundos do Senado. A idade média da turma é de 36 anos, com 5 anos de tempo de trabalho médio na instituição, números abaixo da média do Programa. Dos alunos servidores da Câmara dos Deputados, a maior parcela (71%) está lotada em órgãos da área legislativa. A formação acadêmica dos alunos é diversificada, com cursos de graduação em Direito, Ciência Política, Administração, entre outros. Grande parcela da turma (75%) possui especialização, em áreas como Direito, Ciência Política, Administração/Gestão, etc.

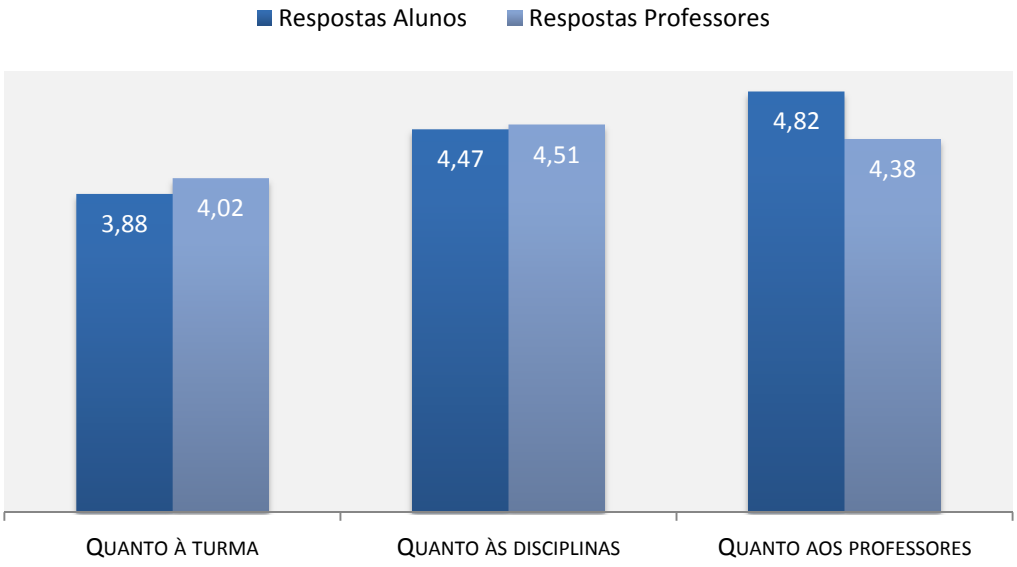
As avaliações de disciplinas e as avaliações docentes foram aplicadas ao fim do primeiro e do segundo semestre de 2014, totalizando 17 disciplinas e 151 formulários respondidos.

São três as categorias avaliadas: QUANTO À TURMA, QUANTO ÀS DISCIPLINAS e QUANTO AOS PROFESSORES. Cada categoria possui itens específicos, que são pontuados pelos respondentes em escala crescente de 1 a 5, representando respostas entre péssimo e excelente.

RESULTADOS POR CATEGORIA

Os resultados por categoria estão representados no Gráfico 19. A categoria melhor avaliada pelos alunos foi QUANTO AOS PROFESSORES. Já os docentes avaliaram com maior pontuação média a categoria QUANTO ÀS DISCIPLINAS.

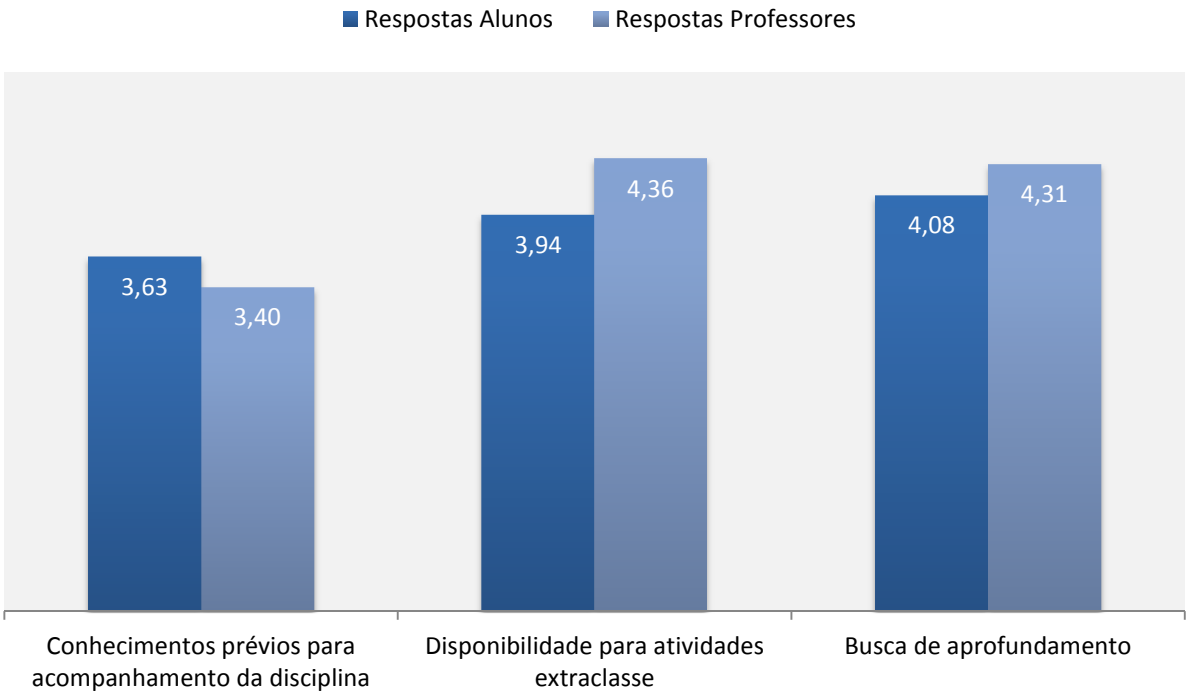
Gráfico 19: Mestrado - Resultados por categoria



QUANTO À TURMA

A categoria QUANTO À TURMA é avaliada por meio de três itens: 'conhecimentos prévios para acompanhamento da disciplina', 'disponibilidade para atividades extraclasse' e 'busca de aprofundamento'. Conforme demonstrado no Gráfico 20, o item melhor avaliado pelos professores foi 'disponibilidade para atividades extraclasse'. Na autoavaliação dos alunos, o item melhor pontuado foi 'busca de aprofundamento'. Nas avaliações aplicadas no Mestrado, o item relativo a 'conhecimentos prévios para acompanhamento da disciplina' é o que tem recebido pontuação mais baixa tanto de alunos quanto de professores.

Gráfico 20: Mestrado - Itens da categoria QUANTO À TURMA

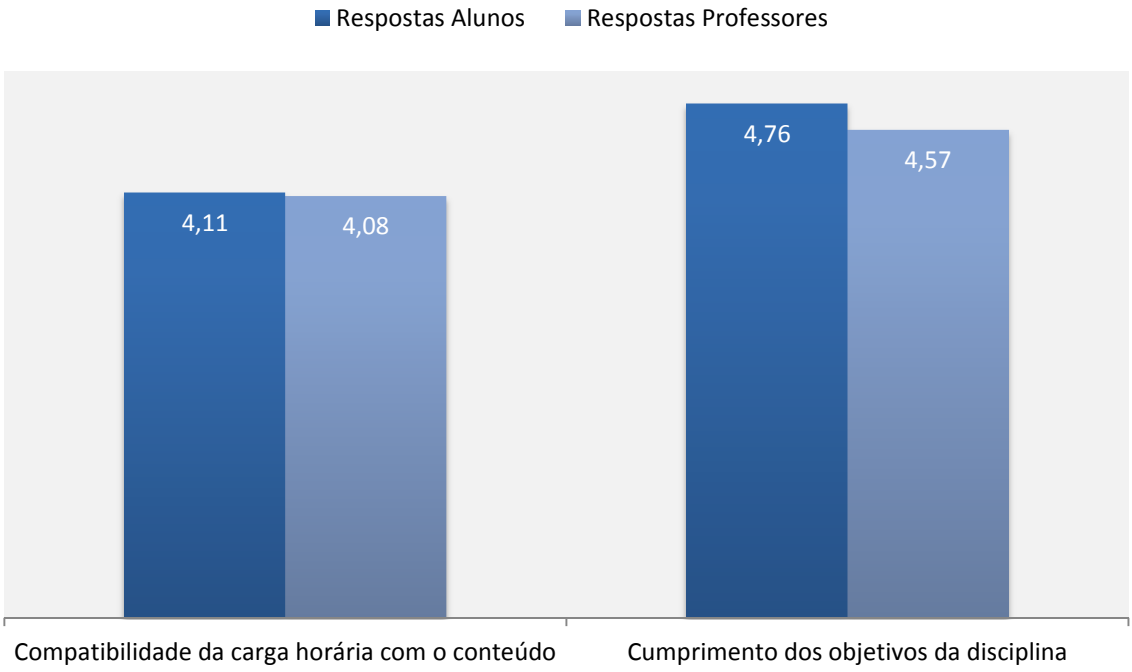


Nos campos de comentários livres, as observações registradas por alguns alunos reforçam a percepção de dificuldades quanto a conhecimentos prévios para acompanhamento de disciplinas específicas. Especificamente, foram citadas deficiências em relação à leitura de textos em inglês. Além disso, houve registro de questões pessoais, como falta de tempo para acompanhamento dos conteúdos decorrente de compromissos profissionais. Comentários pontuais de professores seguiram a mesma linha de percepção quanto ao nível de conhecimentos prévios das turmas, ressaltando questões como carência de leitura de textos básicos, deficiências em metodologia de pesquisa e necessidade de maior interação com os orientadores.

QUANTO ÀS DISCIPLINAS

A categoria quanto às disciplinas possui dois itens que se espelham nos formulários preenchidos pelos alunos e professores: 'compatibilidade da carga horário com o conteúdo' e 'cumprimento dos objetivos da disciplina'. A avaliação do primeiro item recebeu respostas semelhantes de alunos e professores, ao passo que os alunos tiveram percepção mais positiva quanto ao 'cumprimento dos objetivos da disciplina', conforme apresentado no Gráfico 21.

Gráfico 21: Mestrado - Itens da categoria QUANTO ÀS DISCIPLINAS



Ainda na categoria QUANTO ÀS DISCIPLINAS, os alunos avaliam dois itens que não são apresentados nos formulários preenchidos pelos professores: 'aplicabilidade à atividade profissional' e 'contribuição ao trabalho de conclusão de curso (TCC)'. Os professores avaliam um item que não é espelhado na avaliação aplicada aos alunos: 'apoio oferecido pela coordenação'. O item que recebeu pontuação média mais alta em toda a avaliação foi 'apoio oferecido pela coordenação'. Os resultados desses itens estão apresentados na Tabela 11.

Tabela 11: Mestrado - Categoria QUANTO ÀS DISCIPLINAS
Itens avaliados somente por alunos ou professores

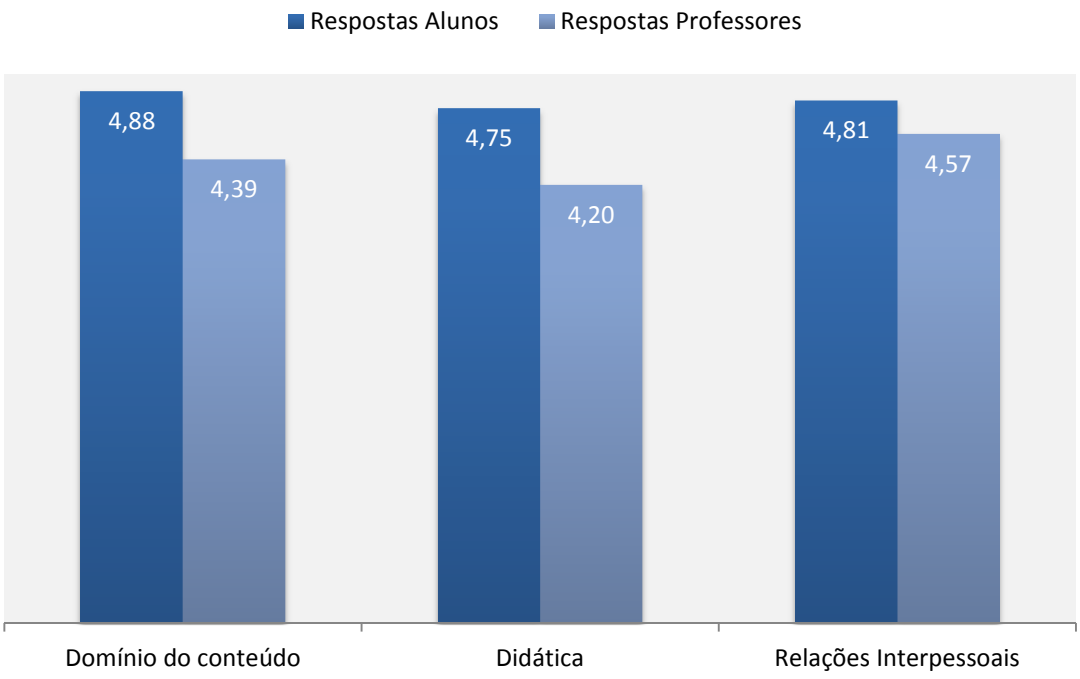
Item	Avaliado por	Média
Aplicabilidade à atividade profissional	Alunos	4,49
Contribuição ao TCC	Alunos	4,52
Apoio oferecido pela coordenação	Professores	4,89

Nos campos de comentários livres, tradicionalmente há observações relativas a solicitação de maior carga horária para as disciplinas. Os comentários dos alunos e professores se concentraram nessa demanda.

QUANTO AOS PROFESSORES

A categoria QUANTO AOS PROFESSORES engloba três itens característicos do desempenho docente: 'domínio do conteúdo', 'didática' e 'relações interpessoais'. O item melhor avaliado pelos alunos e que praticamente empatou em pontuação com o melhor avaliado entre todos foi 'domínio de conteúdo'. Cabe notar que os três itens foram mais bem pontuados pelos alunos do que pelos professores em autoavaliação. O Gráfico 22 apresenta os resultados dessa categoria.

Gráfico 22: Mestrado – Itens da categoria QUANTO AOS PROFESSORES



O campo de comentários livres da categoria QUANTO AOS PROFESSORES propõe aos respondentes uma questão específica: "que competência(s) o professor necessita aprimorar ou adquirir?". Trata-se de uma pergunta que objetiva proporcionar ao docente *feedback* direto, quando respondida pelos alunos, ou propor autorreflexão sobre sua prática didática, quando respondida pelos próprios professores.

Alguns comentários pontuais de alunos referiram-se a melhorias que os professores podem obter em didática, como, por exemplo, preparação de slides de maior qualidade. Os professores registraram maior quantidade de comentários, que se concentraram em demandas relativas à didática, como melhor utilização de recursos instrucionais, e a domínio do conteúdo, a exemplo da necessidade de contínuo aprimoramento, maior domínio de aspectos teóricos e participação em eventos científicos.

CONCLUSÕES

Os resultados da avaliação de cursos aplicada ao Mestrado Profissional em Poder Legislativo indicam tratar-se de um curso que vem alcançando excelente aceitação por parte de sua clientela – alunos e professores. Com efeito, as médias das pontuações obtidas na maior parte dos itens avaliados durante o período letivo de 2014 superaram a nota 4, em escala que varia de 1 a 5, demonstrando alto nível de satisfação.

A categoria que apresentou pontuação média mais baixa foi QUANTO À TURMA, especialmente influenciada pelo item 'conhecimentos prévios para acompanhamento da disciplina'. Esse item recebeu as pontuações médias mais baixas da avaliação, tanto de alunos (3,63) quanto de professores (3,40). Foi percebido que parte dessa dificuldade refere-se ao nível insuficiente de conhecimento da língua inglesa por parcela considerável dos alunos, trazendo prejuízos à leitura de textos e consequente acompanhamento de disciplinas, apesar de ter sido aplicada prova de inglês no processo seletivo. Outra parte refere-se a conhecimentos em termos de metodologia de pesquisa. Essas deficiências indicam que o processo seletivo pode ser aprimorado de forma a detectar lacunas específicas de conhecimento dos candidatos. Além disso, podem ser estruturadas ofertas de aprendizagem de conteúdos específicos aos alunos durante o percurso do Mestrado.

A queda do índice candidato/vaga do mestrado, de 2013 para 2014, apesar de sua média ser superior à do índice relativo aos cursos próprios de Especialização e mesmo considerando o aumento no número de vagas, reforça o indicativo de que o processo seletivo possa ser avaliado quanto às suas exigências e restrições, visando proporcionar maior atratividade e adequação da turma selecionada. Outra ação deve ser voltada à ampliação das formas de divulgação do curso, visando alcançar mais efetivamente servidores da Câmara dos Deputados, de órgãos parceiros e o público em geral.

Outro item que apresentou evidências de ajustes foi 'compatibilidade da carga horária com o conteúdo', pertencente à categoria QUANTO ÀS DISCIPLINAS. Tanto alunos quanto professores entendem que algumas disciplinas necessitam de maior carga horária para abordagem do conteúdo proposto. Esse tipo de resultado é, muitas vezes, justificado pela complexidade dos temas tratados em algumas disciplinas no nível de mestrado, bem como pela quantidade e profundidade de textos propostos para leitura. A coordenação tem orientado os professores no sentido de balancear a proposta da disciplina em relação à carga horária definida. Como há liberdade dos professores para preparação do conteúdo, partindo da ementa definida, essas questões estarão continuamente presentes no planejamento e na execução das disciplinas.

ESPECIALIZAÇÃO

METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO

Da mesma forma que no Mestrado, as etapas de levantamento do perfil da turma, de avaliação de disciplinas e de avaliação docente, além da avaliação de infraestrutura (descrita em item próprio abaixo) foram aplicadas aos dois cursos de Especialização realizados no ano de 2014: Curso de Especialização em Parlamento e Direito (P&D) e MBA em Governança Legislativa.

No curso P&D, todas as disciplinas foram avaliadas (com exceção da disciplina a distância oferecida no início de 2015). Já no MBA, foram avaliadas as disciplinas realizadas no primeiro semestre letivo do curso.

Em 2014, ingressaram 47 alunos nos dois cursos de Especialização próprios realizados (P&D e MBA). O perfil das turmas se caracterizou pelo predomínio de servidores efetivos da Câmara dos Deputados (94%). Esse padrão, que é dissonante em relação ao perfil geral dos alunos do Programa de Pós-Graduação, reflete, em especial, a característica do MBA em Governança Legislativa, que foi direcionado a servidores efetivos da Câmara dos Deputados. A idade média das turmas é de 41 anos, com 9 anos de tempo de trabalho médio na instituição, números acima dos verificados no Mestrado. A lotação dos alunos servidores da Câmara dos Deputados está igualmente dividida entre as áreas legislativa (50%) e a área administrativa (50%), característica também influenciada pelo MBA que não acompanha o perfil tradicional dos alunos do Programa. A formação acadêmica dos alunos é diversificada, com cursos de graduação em Direito, Administração, Letras, Economia, Psicologia, entre outros. Parcela correspondente a 66% da turma possui especialização, em áreas como Direito, Ciência Política, Administração/Gestão, e em cursos anteriores realizados pelo Programa de Pós-Graduação do Cefor, como o Curso de Especialização em Processo Legislativo (PL), Curso de Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo (IP) e o Curso de Especialização em Legislativo e Políticas Públicas (LPP).

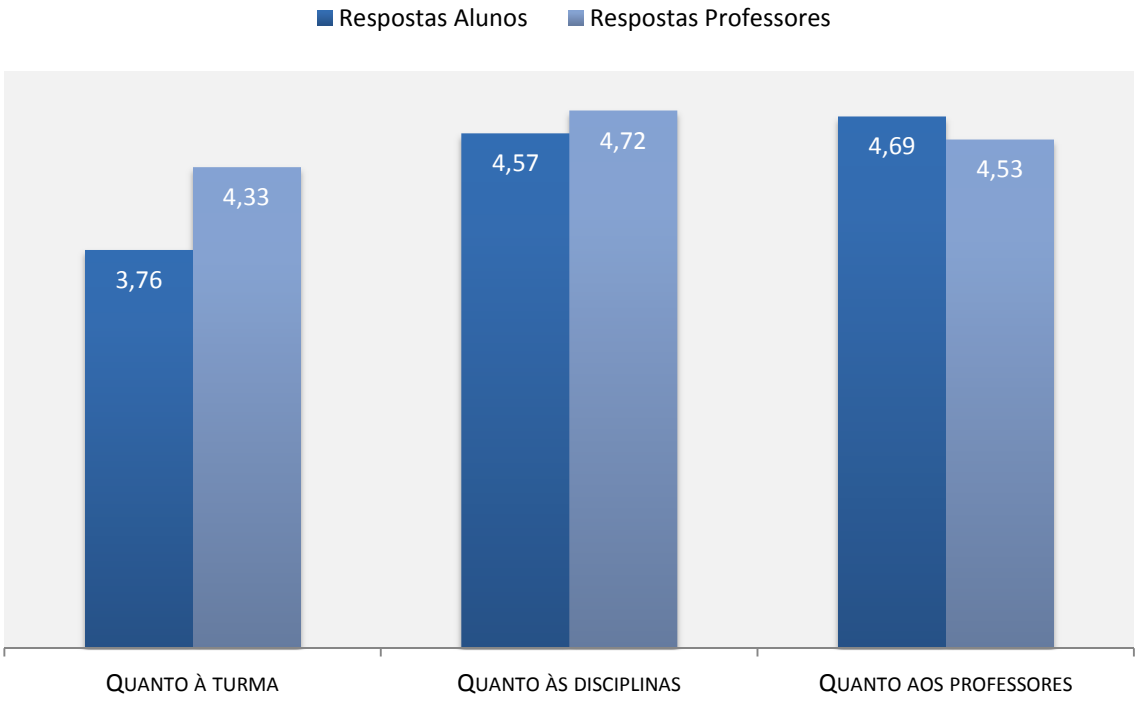
As avaliações de disciplinas e as avaliações docentes foram aplicadas ao fim do primeiro e do segundo semestre de 2014, totalizando 14 disciplinas e 249 formulários respondidos.

A metodologia é semelhante à da avaliação aplicada ao Mestrado. Da mesma forma, são três as categorias avaliadas: QUANTO À TURMA, QUANTO ÀS DISCIPLINAS e QUANTO AOS PROFESSORES. Cada categoria possui itens específicos, que são pontuados pelos respondentes em escala crescente de 1 a 5, representando respostas entre péssimo e excelente.

RESULTADOS POR CATEGORIA

Os resultados por categoria estão representados no Gráfico 23. Repetindo os resultados do Mestrado, a categoria melhor avaliada pelos alunos foi QUANTO AOS PROFESSORES, e a categoria melhor avaliada pelos docentes foi QUANTO ÀS DISCIPLINAS.

Gráfico 23: Especialização - Resultados por categoria

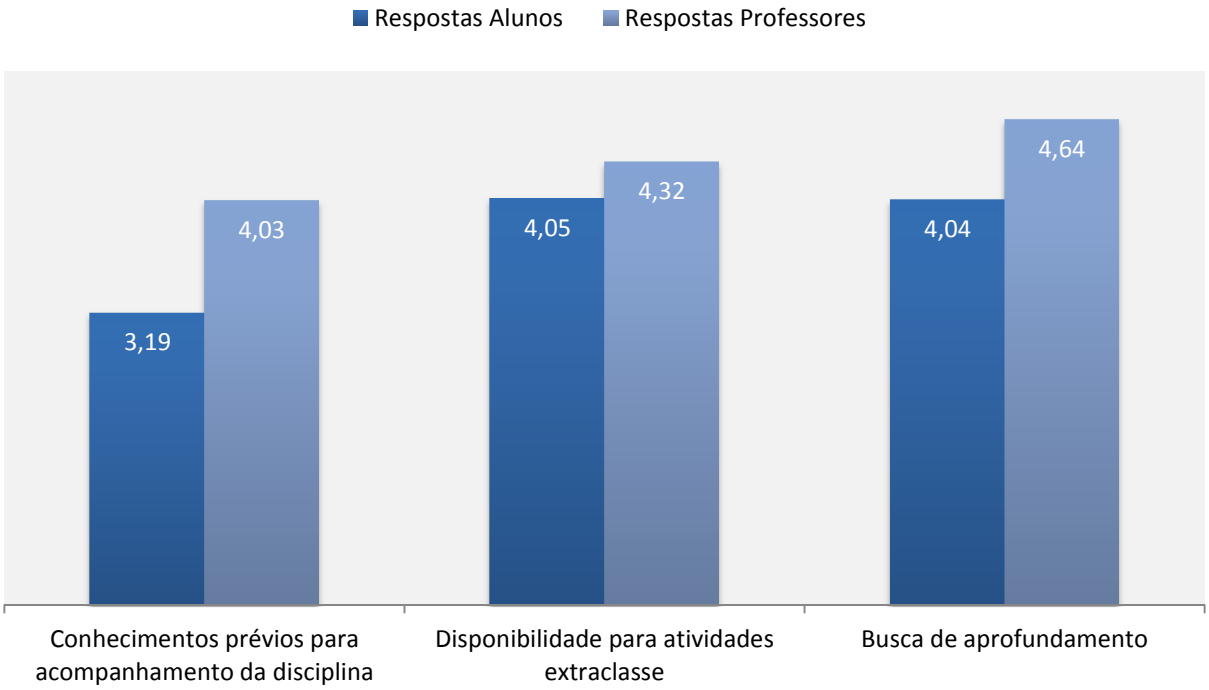


QUANTO À TURMA

A categoria QUANTO À TURMA é avaliada por meio de três itens: 'conhecimentos prévios para acompanhamento da disciplina', 'disponibilidade para atividades extraclasse' e 'busca de aprofundamento'. Conforme demonstrado no Gráfico 24, os itens melhor avaliados pelos alunos foram 'disponibilidade para atividades extraclasse' e 'busca de aprofundamento'. Os professores pontuaram de forma mais elevada o item 'busca de aprofundamento'. Tradicionalmente, o item relativo a 'conhecimentos prévios para acompanhamento da disciplina' é o que recebe avaliação mais baixa tanto de alunos quanto de professores, resultado que repete o observado no Mestrado, confirmando essa percepção para os dois níveis. Interessante notar que a avaliação dos professores em relação às turmas foi mais positiva do que a autoavaliação dos alunos nos três itens.

Nos campos de comentários livres, as observações registradas por alguns alunos dizem respeito a dificuldades para conciliar os horários das aulas com o do trabalho, especialmente no MBA, em que havia aulas em semanas intensivas com carga de 8 horas diárias. Os professores, em comentários específicos, reforçaram essa situação e registraram alguma dificuldade encontrada com a heterogeneidade no nível de conhecimento prévio da turma, especialmente em Direito, um dos três eixos de conteúdo do curso.

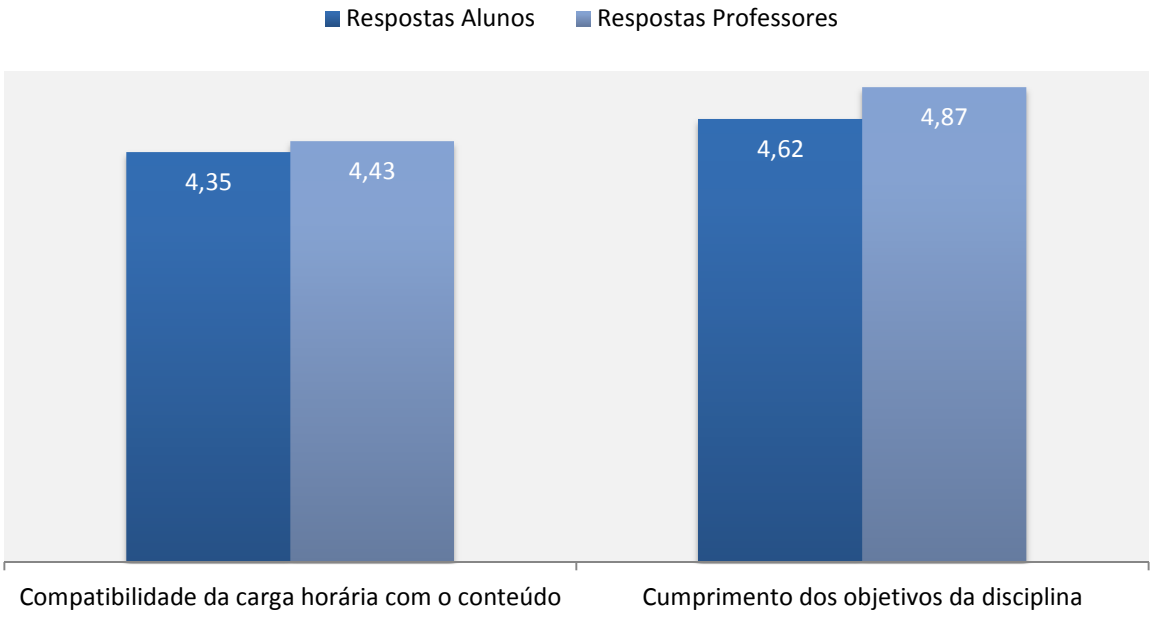
Gráfico 24: Especialização - Itens da categoria QUANTO À TURMA



QUANTO ÀS DISCIPLINAS

A categoria QUANTO ÀS DISCIPLINAS possui dois itens que se espelham nos formulários preenchidos pelos alunos e professores: 'compatibilidade da carga horária com o conteúdo' e 'cumprimento dos objetivos da disciplina'. Conforme apresentado no Gráfico 25, o primeiro item recebeu respostas aproximadas de alunos e professores. Já o item 'cumprimento dos objetivos da disciplina' foi melhor pontuado pelos professores do que pelos alunos, invertendo o observado no Mestrado.

Gráfico 25: Especialização - Itens da categoria QUANTO ÀS DISCIPLINAS



Ainda na categoria QUANTO ÀS DISCIPLINAS, os alunos avaliam dois itens que não são apresentados nos formulários preenchidos pelos professores: ‘pertinência da disciplina em relação ao curso’ e ‘atendimento das suas expectativas como aluno’. Ambos receberam avaliação positiva, conforme demonstrado na Tabela 12.

Tabela 12: Especialização - Categoria QUANTO ÀS DISCIPLINAS
Itens avaliados somente por alunos

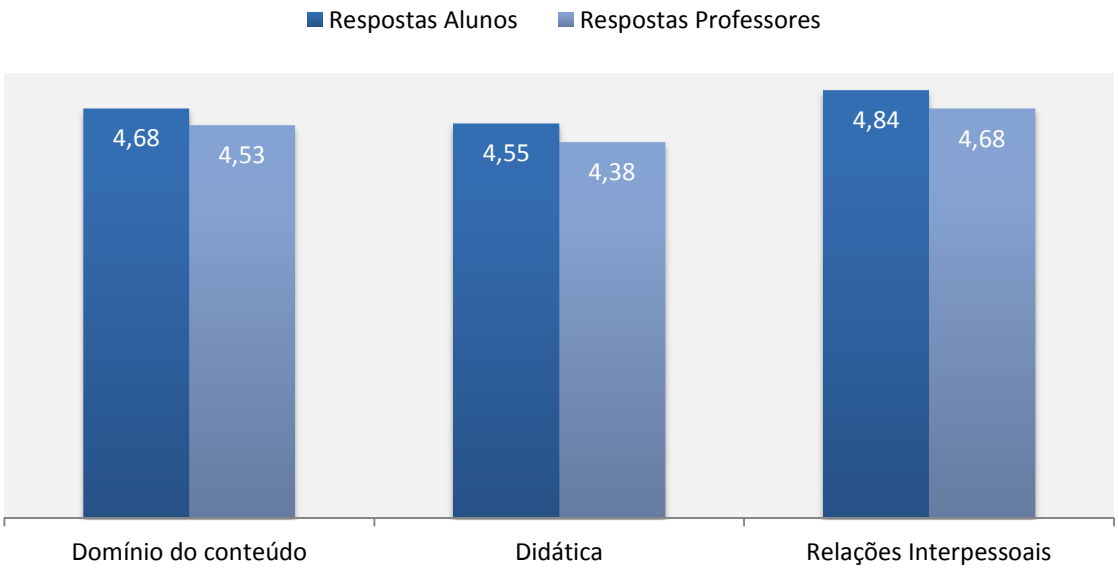
Item	Média
Pertinência da disciplina em relação ao curso	4,73
Atendimento das suas expectativas como aluno’	4,37

Repetindo o verificado no Mestrado, nos campos de comentários livres tradicionalmente há observações relativas à necessidade de maior carga horária para certas disciplinas. Os comentários dos alunos se concentraram nessa demanda, ressaltando, em casos específicos, a grande quantidade de textos para leitura e a extensão do conteúdo. Houve, por outro lado, comentários pontuais sobre uma disciplina que, no entendimento de alguns alunos, poderia ter carga horária menor. Além desses, houve comentários que se repetem quando professores optam por organizar as aulas majoritariamente em forma de seminários apresentados pelos alunos, o que é mal avaliado pelas turmas. Nos comentários dos professores também aparece a demanda por maior carga horária de algumas disciplinas, entre outros.

QUANTO AOS PROFESSORES

A categoria QUANTO AOS PROFESSORES engloba três itens característicos do desempenho docente: ‘domínio do conteúdo’, ‘didática’ e ‘relações interpessoais’. Todos os itens receberam pontuação média elevada, sendo que o item melhor avaliado pelos alunos e professores foi ‘relações interpessoais’. Cabe notar que os três itens foram ligeiramente mais bem pontuados pelos alunos do que pelos professores em autoavaliação. O Gráfico 26 apresenta os resultados dessa categoria.

Gráfico 26: Especialização – Itens da categoria QUANTO AOS PROFESSORES



Da mesma forma que na avaliação aplicada ao Mestrado, o campo de comentários livres da categoria QUANTO AOS PROFESSORES propõe aos respondentes uma questão específica: “que competência(s) o professor necessita aprimorar ou adquirir?”. Trata-se de uma pergunta que objetiva prover ao docente *feedback* direto, quando respondida pelos alunos, ou proporcionar autorreflexão sobre sua prática didática, quando respondida pelos próprios professores.

As lacunas observadas pelos alunos se concentraram em aspectos do item ‘didática’, como necessidade de maior dinamismo e objetividade nas exposições e melhorias nas formas de avaliação de aprendizagem. Os comentários dos professores também se concentraram no item ‘didática’, especialmente em demandas como a utilização de novas tecnologias educacionais, buscar tornar mais fácil a assimilação de conceitos jurídicos para os alunos que não possuem essa formação, melhor administração do tempo e aperfeiçoamento da oratória. Um comentário específico, que diz respeito à necessidade de exercitar a capacidade de ouvir e observar o desenvolvimento dos estudantes, pode ser enquadrado no item ‘relações interpessoais’

CONCLUSÕES

Da mesma forma que no Mestrado, os resultados da avaliação de cursos aplicada aos cursos de especialização realizados em 2014 indicam excelente aceitação por parte da clientela – alunos e professores. Com efeito, as médias das pontuações obtidas na maior parte dos itens avaliados superaram a nota 4, em escala que varia de 1 a 5, demonstrando alto nível de satisfação.

Também repetindo o que foi verificado no Mestrado, a categoria que apresentou pontuação média mais baixa foi QUANTO À TURMA, especialmente influenciada pelo item ‘conhecimentos prévios para acompanhamento da disciplina’. Esse item recebeu as pontuações médias mais baixas da avaliação, especialmente dos alunos (3,19), mas também dos professores (4,03). O conhecimento prévio em Direito aparece como uma das deficiências mais notadas, mesmo no curso P&D, no qual foi oferecida disciplina a distância com o objetivo de nivelar os conhecimentos da turma nos principais eixos do curso. Essas deficiências indicam que o processo seletivo pode ser aprimorado de forma a detectar lacunas específicas de conhecimento dos candidatos. Além disso, podem ser estruturadas ofertas de aprendizagem de conteúdos específicos aos alunos durante o percurso das especializações.

A queda do índice candidato/vaga dos cursos de especialização, tendo as últimas ofertas apresentado índices abaixo da média, reforça o indicativo de que o processo seletivo possa ser avaliado quanto às suas exigências e restrições, visando proporcionar maior atratividade e adequação da turma selecionada. Outra ação deve ser voltada à ampliação das formas de divulgação do curso, visando alcançar mais efetivamente servidores da Câmara dos Deputados, de órgãos parceiros e o público em geral.

A qualidade do corpo docente é apontada como um dos principais pontos fortes dos cursos próprios de especialização, tendo essa categoria recebido a pontuação mais alta nas avaliações dos alunos. O item ‘relações interpessoais’ foi o melhor avaliado, seguido de ‘domínio do conteúdo’. Já o item ‘didática’, apesar de ter recebido pontuações elevadas de alunos (4,55) e professores (4,38), foi o que gerou maior quantidade de indicativos de melhoria no campo relativo à pergunta

aberta “que competência(s) o professor necessita aprimorar ou adquirir?”. Apresenta-se, assim, a oportunidade da oferta de capacitação específica aos professores do Programa, voltada ao aperfeiçoamento de práticas e metodologias de ensino, utilização de novas tecnologias educacionais, avaliação da aprendizagem, atuação em novos contextos e outros temas comuns ao trabalho docente.

INFRAESTRUTURA

METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO

O presente relatório sistematiza a coleta de dados de avaliação de infraestrutura realizada em três momentos distintos: julho/2012, junho/2013 e julho/2014. Neste último período, a aplicação foi estendida também aos professores, enquanto as duas primeiras aplicações foram restritas aos alunos. Outra distinção em relação às aplicações anteriores foi a utilização de formulário eletrônico em jul/2014, o que influenciou no índice menor de retorno. A Tabela 13 apresenta os detalhes de cada etapa dos levantamentos.

Tabela 13: Coleta de dados da avaliação de infraestrutura 2012 - 2014

Cursos	Aplicação	Público	Quantidade de formulários enviados	Quantidade de formulários respondidos	
Especialização em Política e Representação Parlamentar – PRP 2ª edição Especialização em Processo Legislativo – PL 5ª edição (1º período letivo)	jul/2012	Alunos	52	41	79%
Especialização em Processo Legislativo – PL 5ª edição (2º período letivo) Mestrado Profissional em Poder Legislativo – 2013MEST1 (1º período letivo)	jun/2013	Alunos	33	25	76%
Especialização em Parlamento e Direito (1º período letivo) Mestrado Profissional em Poder Legislativo – 2014MEST1 (1º período letivo)	jul/2014	Alunos e Professores	65	25	38%
Total			150	91	61%

Os formulários são aplicados ao final do semestre letivo às turmas dos cursos em andamento. Os respondentes avaliam os indicadores assinalando sua percepção com base em escala de 5 pontos, sendo 1 – péssimo, 2 – ruim, 3 – regular, 4 – bom e 5 – excelente. Para cada indicador, existe a opção “não se aplica ou não sei”. As respostas que assinalam essa opção não são consideradas nos cálculos estatísticos, porém são devidamente registradas. Ao final do

formulário, é disponibilizado espaço para registro de comentários, críticas ou sugestões dos respondentes. As definições utilizadas são as seguintes:

- Categorias avaliadas: conjunto de indicadores sobre determinado aspecto de infraestrutura física ou de apoio.
- Indicadores: itens avaliados pelos respondentes que, em conjunto, formam uma categoria.
- Média do indicador: média aritmética calculada a partir das respostas obtidas, em intervalo de 1 a 5. As respostas assinaladas como "não se aplica ou não sei" não compõem o cálculo da média.
- Média da categoria: média aritmética das médias obtidas em cada indicador.
- Desvio padrão: valor calculado para verificar a concordância das respostas. Resultados destacados em amarelo significam desvio padrão superior a 25% do valor da média, indicando discordância significativa na avaliação do indicador.

RESULTADOS POR CATEGORIA

Foram avaliadas 5 categorias: INSTALAÇÕES GERAIS, SALA DE AULA, SERVIÇOS, BIBLIOTECA DO CEDI e COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO.

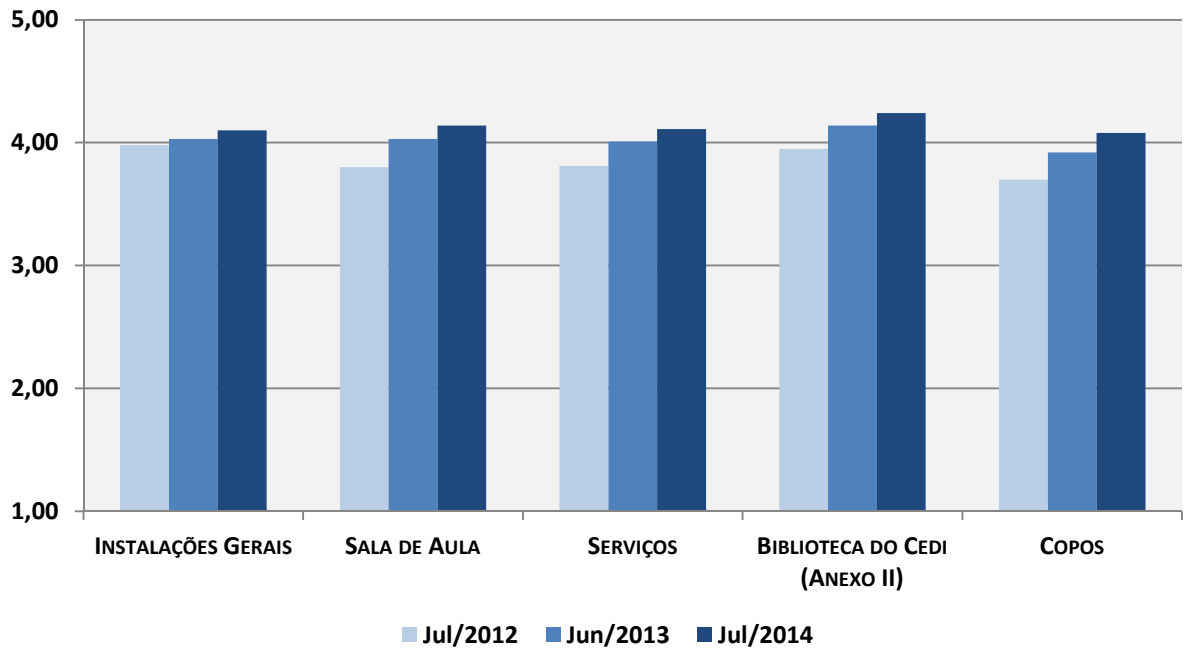
Na Tabela 14 e no Gráfico 27 são apresentadas as médias obtidas nos três momentos de avaliação (jul/2012, jun/2013 e jul/2014). Percebe-se elevação consistente dos resultados médios obtidos em todas as categorias, configurando percepção mais positiva da infraestrutura oferecida ao público dos cursos – alunos e professores. A categoria melhor avaliada foi BIBLIOTECA DO CEDI pelo segundo período consecutivo.

Tabela 14: Avaliação de infraestrutura - resultados por categoria
2012 - 2014

Categoria	Média Jul/2012	Média Jun/2013	Média Jul/2014
INSTALAÇÕES GERAIS	**3,98**	4,03	4,10
SALA DE AULA	3,80	4,03	4,14
SERVIÇOS	3,81	4,01	4,11
BIBLIOTECA DO CEDI	3,95	**4,14**	**4,24**
COPOS	3,70	3,92	4,08

* Mínimo: 1 (Péssimo); Máximo: 5 (Excelente)

Gráfico 27: Avaliação de infraestrutura - resultados por categoria
2012 - 2014



CATEGORIA: INSTALAÇÕES GERAIS

A categoria INSTALAÇÕES GERAIS é composta de sete indicadores: 'prédio do Cefor', 'estacionamento', 'condições para portadores de necessidades especiais', 'lanchonete SENAC', 'espaços de convivência', 'sanitários' e 'segurança'.

Os indicadores melhor avaliados e que apresentaram evolução positiva estão descritos na Tabela 15.

Tabela 15: Instalações Gerais - indicadores melhor avaliados
2012 - 2014

Indicador	Média Jul/2012	Média Jun/2013	Média Jul/2014
Prédio do Cefor	**4,25**	**4,42**	**4,53**
Sanitários	3,98	4,17	4,26
Segurança	4,23	4,27	4,34

O indicador 'prédio do Cefor' continua sendo o melhor avaliado e foi o que obteve melhor avaliação geral na pesquisa, com 91% de resultados bom ou excelente.

Os indicadores com pior avaliação estão apresentados na Tabela 16.

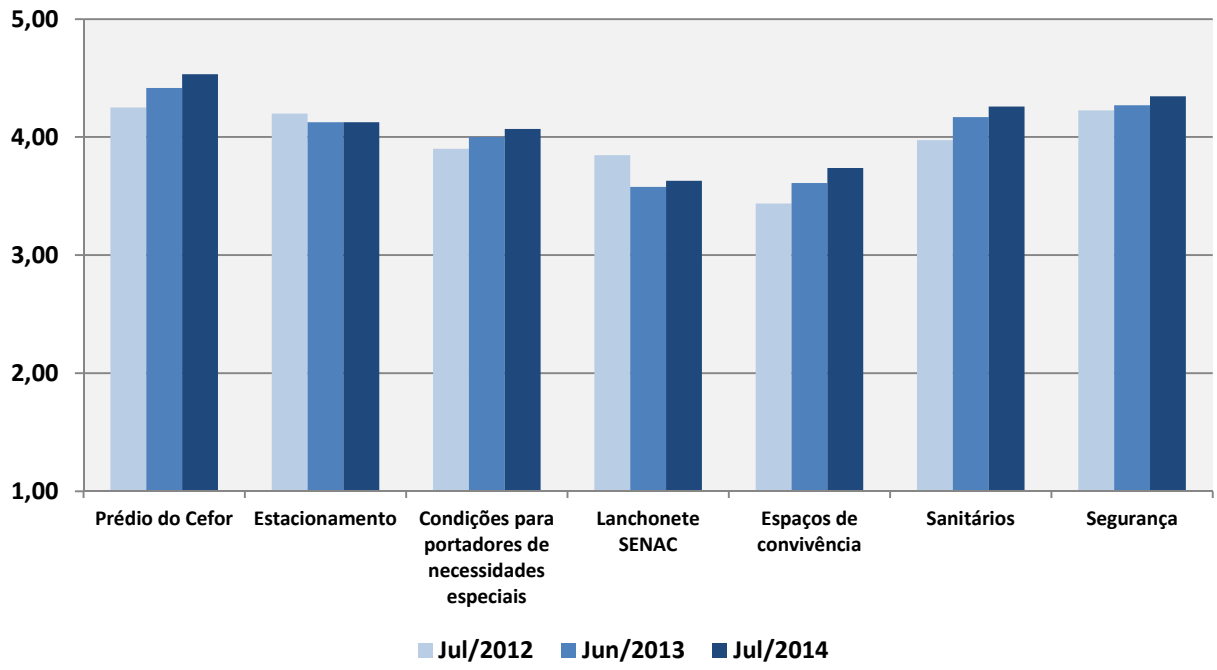
Tabela 16: Instalações Gerais - indicadores com pior avaliação
2012 - 2014

Indicador	Média Jul/2012	Média Jun/2013	Média Jul/2014
Lanchonete SENAC	3,85	3,58	3,63
Espaços de convivência	3,44	3,61	3,74

Na categoria INSTALAÇÕES GERAIS, os indicadores 'lanchonete SENAC' e 'espaços de convivência' foram os que receberam maior quantidade de avaliação péssimo/ruim, com 9% dos respondentes optando por essas respostas.

O Gráfico 28 apresenta os resultados obtidos nos três momentos de avaliação (jul/2012, jun/2013 e jul/2014).

Gráfico 28: Itens da categoria INSTALAÇÕES GERAIS
2012 - 2014



Considerável parcela dos respondentes (33%) assinalou a opção "Não se aplica/Não sei" para o indicador 'condições para portadores de necessidades especiais'. Considera-se compreensível esse padrão de resposta, tendo em vista tratar-se de avaliação por observação provocada pelo formulário, e não uma situação necessariamente vivenciada pela maior parte do público do Cefor.

As observações sobre a categoria registradas no campo de comentários livres se referem à demora para atendimento na Lanchonete SENAC no intervalo das 10h e a falta de espaço de convivência e interação dos alunos.

CATEGORIA: SALA DE AULA

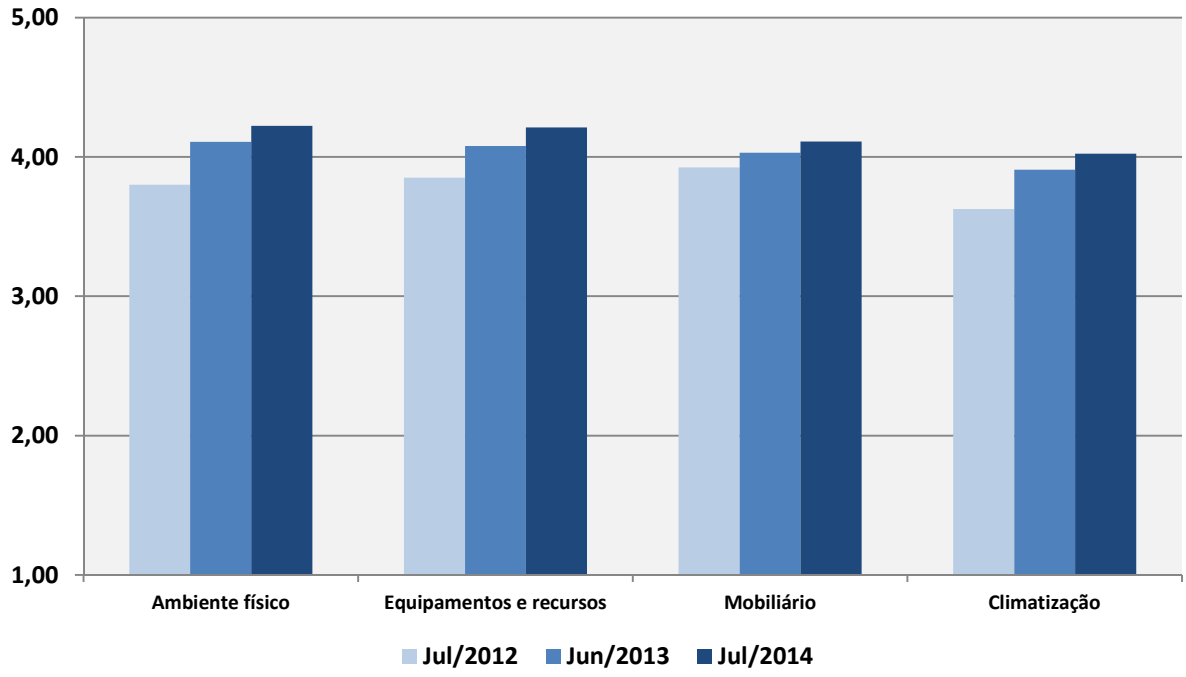
Quatro indicadores fazem parte da categoria SALA DE AULA: ‘ambiente físico’, ‘equipamentos e recursos’, ‘mobiliário’ e ‘climatização’.

Todos os indicadores obtiveram avaliação positiva e crescente, com resultados semelhantes. Os indicadores que apresentaram maior quantidade de avaliações bom/excelente foram ‘ambiente físico’ e ‘equipamentos e recursos’, com 82% dos respondentes optando por essas respostas. Já o indicador ‘climatização’ recebeu 10% de respostas péssimo/ruim.

Uma observação sobre a categoria registrada no campo de comentários livres se referia a um pedido atendido de cadeira e mesa especial para aluno.

O gráfico 29 apresenta os resultados obtidos nos três momentos de avaliação (jul/2012, jun/2013 e jul/2014).

Gráfico 29: Itens da categoria SALA DE AULA
2012 - 2014



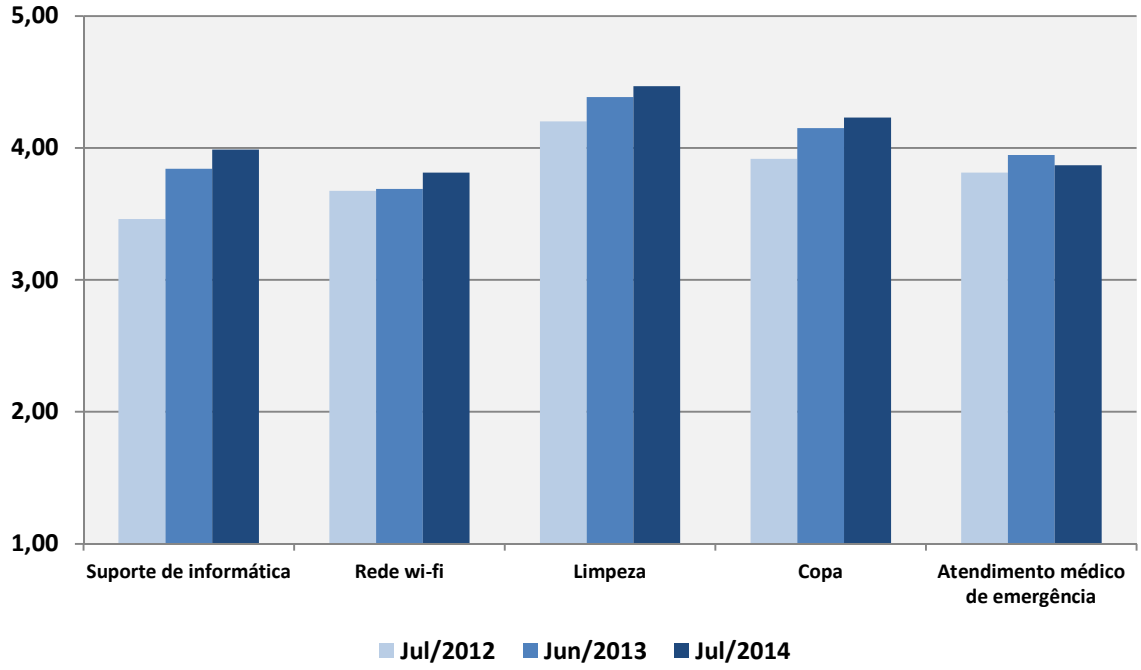
CATEGORIA: SERVIÇOS

A categoria SERVIÇOS compõe-se de cinco indicadores: ‘suporte de informática’, ‘rede wi-fi’, ‘limpeza’, ‘copa’ e ‘atendimento médico de emergência’.

Os indicadores com melhor avaliação são ‘limpeza’ e ‘copa’, com evolução constante. O indicador ‘limpeza’ recebeu 90% de avaliações bom/excelente. O indicador ‘suporte de informática’ também apresentou evolução significativa. Já ‘rede wi-fi’ continua sendo o de avaliação menos positiva, tendo recebido 12% de respostas péssimo/ruim.

O gráfico 30 apresenta os resultados obtidos nos três momentos de avaliação (jul/2012, jun/2013 e jul/2014).

Gráfico 30: Itens da categoria SERVIÇOS
2012 - 2014



Uma observação sobre a categoria registrada no campo de comentários livres considera que houve prejuízos no suporte ao aluno decorrente da retirada da impressora que ficava à disposição no corredor.

A maior parte dos respondentes (72%) assinalou a opção "não se aplica/não sei" para o indicador 'atendimento médico de emergência'. Da mesma forma que o anterior, considera-se compreensível esse padrão de resposta, tendo em vista tratar-se de avaliação por observação provocada pelo formulário, e não uma situação necessariamente vivenciada pela maior parte do público do Cefor.

CATEGORIA: BIBLIOTECA DO CEDI (ANEXO II)

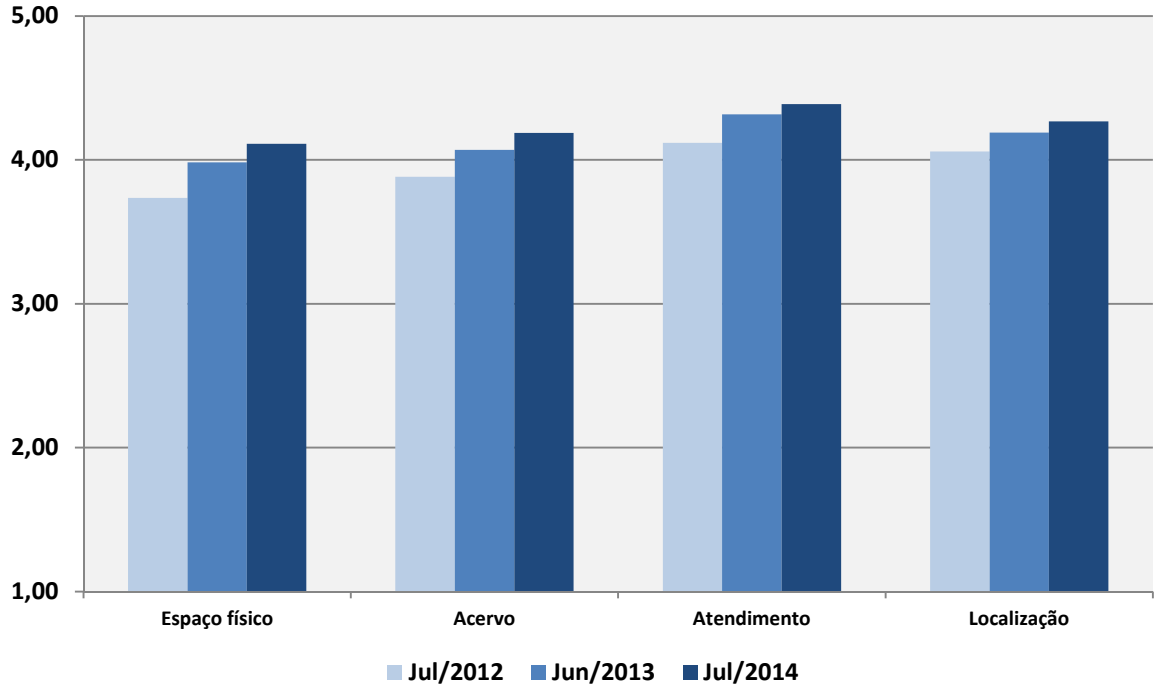
Esta categoria avalia a percepção dos alunos em relação à Biblioteca localizada no Centro de Documentação e Informação (Cedi), da Câmara dos Deputados, e é composta de quatro indicadores: 'espaço físico', 'acervo', 'atendimento' e 'localização'.

Como categoria melhor avaliada, todos os itens apresentaram resultados positivos e crescentes, sendo 'atendimento' o indicador mais bem avaliado.

Uma observação sobre a categoria registrada no campo de comentários livres diz respeito à necessidade de atualização do acervo do Cedi em Direito e Ciência Política.

O gráfico 31 apresenta os resultados obtidos nos três momentos de avaliação (jul/2012, jun/2013 e jul/2014).

Gráfico 31: Itens da categoria BIBLIOTECA
2012 - 2014



CATEGORIA: COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO (COPOS)

Esta categoria avalia a atuação da Coordenação do Programa de Pós-Graduação e seus serviços oferecidos aos alunos e professores. É composta de seis indicadores: 'suporte ao funcionamento do curso', 'atendimento prestado pelos servidores da Copos', 'atendimento prestado pelo coordenador da Copos', 'horário de funcionamento da Copos', 'página do Programa de Pós-Graduação na internet/intranet' e 'ambiente virtual (Moodle)'. Os indicadores melhor avaliados e que apresentaram evolução positiva estão descritos na Tabela 17.

Tabela 17: Copos - indicadores melhor avaliados
2012 - 2014

Indicador	Média Jul/2012	Média Jun/2013	Média Jul/2014
Suporte ao funcionamento do curso	3,70	4,05	4,19
Atendimento prestado pelos servidores da Copos	3,83	4,12	4,28
Atendimento prestado pelo coordenador da Copos	3,90	4,18	**4,34**
Horário de funcionamento da Copos	**4,03**	**4,25**	4,33

Os indicadores com pior avaliação, apesar de apresentarem evolução positiva, estão apresentados na Tabela 18.

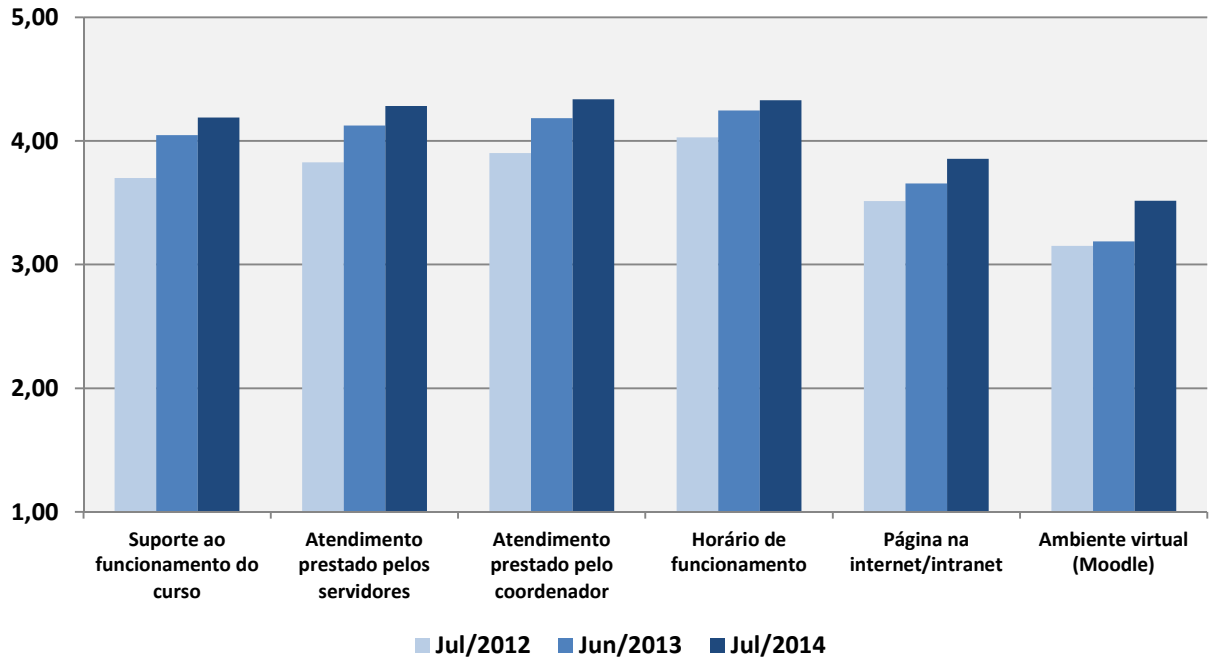
Tabela 18: Copos - indicadores com pior avaliação
2012 - 2014

Indicador	Média Jul/2012	Média Jun/2013	Média Jul/2014
Página do Programa de Pós-Graduação na internet/intranet	3,51	3,66	3,85
Ambiente virtual (Moodle)	3,15	3,19	3,52

O indicador 'ambiente virtual (Moodle)' foi o que obteve o maior percentual de respostas péssimo/ruim da pesquisa, com 16% dos respondentes optando por essa avaliação.

O gráfico 32 apresenta os resultados obtidos nos três momentos de avaliação (jul/2012, jun/2013 e jul/2014).

Gráfico 32: Itens da categoria COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO (COPOS)
2012 - 2014



A observação sobre a categoria registrada no campo de comentários livres considera a ferramenta Moodle é boa/excelente, porém subutilizada.

CONCLUSÕES

Os resultados demonstram que a infraestrutura oferecida mais diretamente pelo Cefor, e pela Câmara dos Deputados de uma forma geral, atendem às expectativas da clientela – alunos e professores. Essa avaliação fica clara na medida em que todas as categorias receberam pontuação média acima de 4, em escala de 1 a 5. Ressalte-se que o horizonte de tempo que os resultados representam, de três anos, reforça o impacto da avaliação positiva. Outra constatação é a da elevação consistente dos resultados médios obtidos em todas

as categorias, configurando percepção mais positiva, ao longo do tempo, da infraestrutura oferecida ao público dos cursos.

Com efeito, as instalações do Cefor foram ampliadas em 2007, quando passou a ocupar sede própria em Complexo Avançado da Câmara dos Deputados. O prédio foi planejado e construído para oferecer oportunidades de educação legislativa, com atenção aos modernos recursos para as práticas educativas, além de se constituir num espaço para atividades culturais. A seguinte estrutura física está disponível:

- 7 salas de aula, providas de cadeiras universitárias, com capacidades variadas entre 15 e 50 alunos;
- 3 laboratórios de informática, providas de microcomputadores individuais, com capacidades variadas entre 12 e 24 alunos;
- 1 auditório com capacidade para 122 pessoas, com cabine de áudio e vídeo de operação completa;
- 1 sala para reuniões com capacidade para 13 pessoas;

Todas as salas e laboratórios do Cefor são equipados com ar-condicionado, relógio com medição de temperatura ambiente, quadro magnético, apontador elétrico, projetor, tela de projeção, cortinas e microcomputadores. Também estão disponíveis os seguintes recursos materiais, instrucionais e de apoio: projetores, videocassetes, flip charters, quadro interativo (no auditório), DVDs, microfones, materiais de escritório, água e café. Para a manutenção e organização dos bens e dos materiais instrucionais do Cefor, há um setor responsável, coordenado por servidor efetivo da Casa e composto por corpo técnico de dois administradores, dois técnicos de audiovisual, dois técnicos de informática, dois carregadores, quatro copeiras e 16 funcionários de limpeza.

Como integrante da estrutura administrativa da Câmara dos Deputados, o Cefor não dispõe de orçamento individualizado. Todavia, as atividades são financiadas pelo orçamento da Câmara dos Deputados, que possui rubrica denominada CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS, cujo valor, no exercício de 2014, corresponde à soma de 4,3 milhões de reais.

A avaliação mais positiva para a categoria BIBLIOTECA DO CEDI confirma a qualidade dessa estrutura colocada à disposição dos alunos e professores. A Câmara dos Deputados possui o Centro de Documentação e Informação (Cedi), que congrega a biblioteca, o arquivo, a central de atendimento, os estudos legislativos, as publicações e a conservação e preservação de bens culturais. Sendo um dos mais modernos centros de informação e documentação do país, o Cedi ocupa quatro andares do Anexo II da Câmara dos Deputados, três dos quais, com cerca de três mil metros quadrados, correspondem às instalações da Biblioteca Pedro Aleixo. Atualmente, a Biblioteca dispõe na rubrica de livros de cerca de 300 mil volumes, incluindo 4 mil de obras raras de grande valor histórico, que datam do século XVI, em que se contam, também, muitas publicações de organismos internacionais. Também possui 3.500 títulos de periódicos nacionais e estrangeiros, além de coleção dos principais jornais do País e arquivo de recorte de jornais e revistas. Conta, ainda, com uma seção especial de multimeios, que reúne mapas, microfilmes, fitas de vídeo, DVD-ROMs e CD-ROMs. Totalmente informatizada, a Biblioteca integra a rede cooperativa de bibliotecas, coordenada pela Biblioteca do Senado Federal, e utiliza o Automated Library Expanded

Program (ALEPH) como software gerenciador de suas atividades técnicas. Participa também do Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadas (CCN), coordenado pelo Instituto Brasileiro de Informação Científica e Tecnológica (IBICT). Entre as várias bases de dados que disponibiliza destacam-se a Juris Síntese Millennium, que contém os textos integrais da legislação federal brasileira, e a Proquest Academic Research Library, base de dados de periódicos de língua inglesa nas diversas áreas de conhecimento.

Os indicadores que receberam pior pontuação revelam os pontos da infraestrutura que realmente apresentam oportunidades de melhoria, apesar de atenderem de forma satisfatória às necessidades: ‘lanchonete SENAC’, ‘espaços de convivência’, ‘climatização’, ‘rede wi-fi’, ‘página do Programa de Pós-Graduação na internet/intranet’ e ‘ambiente virtual (Moodle)’. No prédio do Cefor, a lanchonete é terceirizada e os espaços de convivência para alunos e professores não são adequados para determinadas atividades. Não há, por exemplo, sala de alunos ou sala de professores adequadas. A climatização está disponível em todas as salas de aula, porém o controle de temperatura é restrito. A rede wi-fi pode ser acessada em todos os espaços da Câmara dos Deputados, inclusive no Cefor, e tem sido melhorada. A página do Programa na internet/intranet é acessível, porém está condicionada a regras gerais da Câmara dos Deputados, reduzindo sua flexibilidade. Todos os cursos são apoiados pelo ambiente virtual (Moodle), mas sua utilização por alunos e professores está abaixo da potencialidade.

4. PLANEJAMENTO DE AÇÕES

O presente item espelha as cinco dimensões estabelecidas pelo Instrumento de Avaliação Institucional Externa, que subsidia o ato de credenciamento e recredenciamento de escolas de governo para oferta de pós-graduação *lato sensu*, aprovado pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (Parecer CNE/CES nº 295/2013, homologado pelo Ministro da Educação). Procura-se demonstrar aqui como os resultados do processo de autoavaliação são transformados em ações e integrados ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), de forma que levem ao desenvolvimento institucional e à ampliação da relevância social do Programa.

PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

A autoavaliação gera uma riqueza de indicadores e informações que são continuamente incorporadas pelo Programa nos cursos. Entre as ações previstas para melhorar essa dimensão, estão:

- Com a aprovação do Regulamento da CPA, estruturar cronograma de reuniões com o objetivo de propor aperfeiçoamentos no projeto de autoavaliação institucional do Programa de Pós-Graduação, em primeiro lugar, e do Cefor, de forma mais ampla.
- Manter a política de oferta semestral de cursos de especialização próprios, voltados às demandas identificadas no público em geral e às necessidades de educação legislativa dos servidores da Câmara dos Deputados. Assegurar a coerência dos cursos propostos e oferecidos com a missão e os objetivos do Cefor e, por conseguinte, da Câmara dos Deputados.
- Manter a prática de avaliação dos cursos em várias fases, culminando com o Seminário de Revisão do Projeto Pedagógico, realizado após a quinta oferta do Curso.

GESTÃO INSTITUCIONAL

O Cefor subordina-se à Diretoria de Recursos Humanos da Câmara dos Deputados e segue, em termos gerais, as diretrizes da Política de Recursos Humanos da Instituição como um todo. A partir dos resultados das avaliações já realizadas, pretende-se implantar as seguintes ações:

- Revisar as Normas do Programa de Pós-Graduação do Cefor, instituídas pela Portaria nº 69, de 30/06/2005.
- Implantar sistema informatizado de registro acadêmico.
- Aprimorar as informações disponibilizadas na página do Programa de Pós-Graduação na Internet/Intranet.

CORPO SOCIAL

Com relação ao corpo social, a partir dos resultados das avaliações, definem-se as seguintes ações a serem perseguidas:

- Ampliar ainda mais a participação de professores com titulação mestre/doutor nos cursos de especialização próprios, mediante aproveitamento de egressos do curso de Mestrado Profissional em Poder Legislativo.
- Oferecer oportunidades de desenvolvimento, formação e capacitação do corpo docente a partir das lacunas de competências indicadas nas avaliações de cursos.
- Oferecer oportunidades de desenvolvimento, formação e capacitação do corpo técnico-administrativo.
- Estabelecer programa de desenvolvimento dos orientadores dos trabalhos de conclusão de curso.
- Incentivar a participação dos egressos nos GPEs, e como professores e orientadores nos cursos de especialização.
- Aprimorar e sistematizar a Política de Atendimento ao Discente.

DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

- Integrar novas tecnologias, especialmente vinculadas à educação a distância, à proposta pedagógica dos cursos ofertados.
- Atuar para a simplificação e a otimização dos processos seletivos de alunos, visando proporcionar maior atratividade e adequação das turmas selecionadas.
- Ampliar as formas de divulgação das ofertas de cursos, visando alcançar mais efetivamente servidores da Câmara dos Deputados, de órgãos parceiros e o público em geral.
- Revisar a metodologia da avaliação de egressos dos cursos do Programa de Pós-Graduação, com o objetivo de proporcionar informações e instrumentos para fortalecer a política de acompanhamento desse público.

INFRAESTRUTURA

As questões de infraestrutura, como demonstrado na avaliação específica, atendem às necessidades institucionais. Não obstante, as seguintes ações são planejadas para seu desenvolvimento:

- Ampliar a parceria com a Biblioteca, de modo a melhorar a forma de disponibilização dos conteúdos indicados pelos professores para os alunos.
- Manter a política de revisão contínua dos quesitos de acessibilidade.

CONCLUSÕES

A Câmara dos Deputados, ao instituir seu Programa de Pós-Graduação, buscou inserir-se em um novo contexto que caracteriza a atual sociedade do conhecimento, amplificada pela crescente tomada de consciência dos direitos de cidadania e pelas demandas dirigidas ao Legislativo ou a ele relacionadas. Voltado à sociedade como um todo, seu público mais direto constitui-se no universo de servidores das diversas casas do Legislativo brasileiro, sendo que boa parte deles se renova conjuntamente com a eleição periódica dos novos representantes políticos. Como se observa na prática, a formação desses servidores é, em certos casos, precária ou insuficiente para o exercício pleno de suas atividades profissionais.

O Programa de Pós-Graduação do Cefor tem, portanto, papel crucial na melhoria da formação dos servidores do Parlamento, não só no âmbito da Câmara dos Deputados, como também das outras casas legislativas do Brasil, oferecendo cursos de especialização e mestrado ao lado da produção e circulação de um conhecimento que é próprio do Parlamento.

Observe-se, ainda, que a inserção do Programa de Pós-Graduação do Cefor no contexto da produção acadêmica sobre o Legislativo acompanha o papel que a Câmara dos Deputados desempenha em relação às demais casas legislativas do País. Como instituição que abriga representantes de todos os cidadãos brasileiros, ela atua como catalisadora das suas congêneres estaduais e municipais, especialmente no que tange à produção legiferante e à representação democrática. De forma semelhante, o Cefor ocupa, no sistema de ensino que congrega a rede de escolas de governo das diversas casas parlamentares, *locus* privilegiado para agir como fomentadora da produção de saberes sobre o Legislativo, da divulgação desse conhecimento que lhe é peculiar e da formação continuada dos servidores dos legislativos federal, estadual e municipal.

O perfil do egresso do Programa configura-se a partir de quatro eixos interligados: competência técnica, criatividade, criticidade e compromisso ético. O eixo da competência técnica determina o domínio de mecanismos e instrumentos de sua atuação profissional no Parlamento em processo de contínuo aprimoramento. O eixo da criatividade leva ao desenvolvimento de saberes e recursos para o crescimento pessoal e fortalecimento institucional. O eixo da criticidade está centrado sobre a compreensão do ambiente institucional e sociocultural como historicamente constituídos, devendo, por isso, ser estimulada a capacidade em se diagnosticar e identificar as oportunidades e ameaças. O eixo do compromisso ético articula princípios éticos do servidor público com a compreensão das dimensões do ser humano e a solidariedade interpessoal, institucional e social.

Diante desse contexto e desde o início de suas atividades, o Programa de Pós-Graduação do Cefor implementou um amplo e completo processo de avaliação, ainda que não fosse exigência legal naquele momento, enquanto detinha a categoria de instituição especialmente credenciada. A busca do aperfeiçoamento foi pautada por essa avaliação contínua e abrangente – disciplinas, docentes, discentes, infraestrutura.

Ao longo dos anos, foram acrescentados novos ciclos e desenvolvidas novas práticas, como, por exemplo, o envolvimento das chefias imediatas na etapa

da avaliação dos egressos, viabilizando as visões complementares da autoavaliação e da heteroavaliação. Além disso, foram criados indicadores para tornar o acompanhamento mais objetivo, como o Índice de Avaliação de Cursos e o Índice de Avaliação de Educadores. Todo o processo gerou acúmulo importante de dados e informações, que vêm sendo continuamente utilizados no desenvolvimento do Programa.

Foi a partir dessa retroalimentação das práticas tendo como referência os sinais do sistema de avaliação que o Programa pôde avançar para credenciar o Mestrado Profissional em Poder Legislativo. A partir de sua criação e do ingresso do Programa no sistema de avaliação da pós-graduação nacional, coordenado pela Capes, houve ainda novos avanços na avaliação institucional.

Com a inserção do Programa no sistema do CONAES e a partir das novas definições do Ministério da Educação sobre as escolas de governo, esperam-se ainda novos aperfeiçoamentos, como a adaptação às dimensões do SINAES balizada pelo instrumento de avaliação específico das escolas de governo, a preparação de relatórios contínuos e a crescente apropriação de seus resultados, tudo coordenado pela Comissão Própria de Avaliação. A atuação efetiva da CPA também deverá trazer novas e aprofundadas reflexões sobre o processo de avaliação, incorporando definitivamente a dimensão da meta-avaliação ao cotidiano institucional.

O objetivo final é promover o desenvolvimento institucional do Programa, mediante melhoria da qualidade da educação oferecida e expansão da sua oferta dentro do público a que se destina. Essa evolução irá gerar impactos positivos, na medida em que o processo avaliativo se consolidar, em áreas como a organização didático-pedagógica do Programa, a composição curricular dos cursos, os Grupos de Pesquisa e Extensão, a disseminação da produção intelectual, às questões de infraestrutura, entre outras. A principal evolução será dirigida aos públicos que compõe o Programa – os docentes, os discentes, os egressos, o corpo técnico-administrativo e, por extensão, a sociedade em geral.